

Raças e Etnias

ADOLESCENTES E JOVENS PARA A
EDUCAÇÃO ENTRE PARES

Saúde e Prevenção nas Escolas





**SAÚDE e PREVENÇÃO
NaS ESCOLAS**

ADOLESCENTES E JOVENS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE PARES

Saúde e Prevenção nas Escolas

Raça e Etnias

©2010. Ministério da Saúde

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>

1ª edição – 1ª impressão – 2.300 exemplares

Série Manuais nº 69

Produção

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais

SAF Sul Trecho 2, Bloco F, Torre 1 – Ed. Premium

CEP: 70.070-600 - Brasília – DF

E-mail: aids@aids.gov.br / edicao@aids.gov.br

Home page: <http://www.aids.gov.br>

Disque Saúde / Pergunte Aids: 0800 61 1997

Distribuição e Informações

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais

SAF Sul Trecho 2, Bloco F, Torre 1 – Ed. Premium

CEP: 70.070-600 - Brasília – DF

E-mail: aids@aids.gov.br / edicao@aids.gov.br

Home page: <http://www.aids.gov.br>

Disque Saúde / Pergunte Aids: 0800 61 1997

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Básica

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, sala 500

CEP 70047-900 – Brasília – DF

Homepage: <http://www.mec.gov.br>

E-mail: daso-seb@mec.gov.br

Informações: 0800 61 6161

Edição

Dário Noleto

Myllene Priscilla Müller Nunes

Telma Tavares Richa e Sousa

Projeto gráfico, capa e diagramação

Viração Educomunicação

Responsável pela Unidade de Prevenção

Ivo Brito

Autoria para esta edição:

Esta publicação é uma adaptação do texto elaborado por Maria Adrião e contou com a participação dos(as) diversos(as) colaboradores(as) listados(as) abaixo. Além disso, foi adaptada das oficinas de formação de jovens multiplicadores(as) do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.

Consultoria para esta edição

Silvani Arruda

Organizadoras:

Fernanda Lopes

Isabel Cristina Botão

Jeane Félix

Nara Vieira

Revisão Final:

Jeane Félix

Nara Vieira

Colaboradores

Ângela Donini

Carla Perdiz

Cláudio Dias

Dalva de Oliveira

Daniela Ligiéro

Denis Ribeiro

Denis Ricardo Carloto

Denise Serafim

Ellen Zita Ayer

Emília Moreira Jalil

Fernanda Nogueira

Henrique Dantas de Santana

Inocência Negrão

Juny Kraiczky

Lula Ramirez

Magda Chinaglia

Márcia Acioli

Márcia Lucas

Margarita Diaz

Maria Adrião

Maria de Fátima Simas Malheiro

Maria Elisa Almeida Brandt

Maria Rebeca Otero Gomes

Maria Teresa de Arruda Campos

Mariana Braga

Mario Volpi

Nilva Ferreira de Andrade

Ricardo de Castro e Silva

Rosilea Maria Roldi Wille

Sandra Unbehäum

Suylan Midley e Silva

Thereza de Lamare

Vera Lopes

Esta publicação contou com a participação de jovens de todo o Brasil:

Ainoan Arlindo - PR

Alexandro Santos das Virgens - PR

Aneli de Lima Santos – BA

Antônio Pereira de Oliveira Neto – AC

Camila Pinho - MG

Daniele Pereira de Lima - AM

Fábio Assis de Menezes - RO

Fernanda Maria Leite Winter de Oliveira – MG

Fernando da Silveira Angelo -TO

Fernando de Assis Alves - DF

Geise Gleise Sarmento – AP

Gilmar Lindraz e Silva – AL

Hildete Emanuele Nogueira de Souza – BA

Irlon Maciel Ferreira – MS

Ivens Reis Reyner – MG

Janaína Firmino dos Santos – GO

Janaína Nogueira Maia – CE

Jardeles da Costa Nunes – MA

Jefferson Paulo de Oliveira – PR

Jonas Camargo Eugênio – RS

Karina de Oliveira Xavier – PE

Karina Santiago de Assis - MT

Leandro Vilas Verde Cunha – BA

Leila Alves Maranhão – RN

Maís de Souza Ribeiro - AM

Marcos Paulo – DF

Maryellen Oliveira – SP

Nayara Juliana Ribeiro da Costa - PI

Patrickandre Oliveira da Silva - PA

Paula Cristina de Lima Silva – PB

Paulo Cesar da Silva - MT

Raimunda Rodrigues de Menezes – AM

Renata Miranda Mendes – RJ

Rodrigo Aparecido Correia da Silva – SP

Salem Thomaz Salomão – RR

Tatiana dos Santos Gama - MA

Prefácio

A série de fascículos *Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares*, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), como o próprio nome indica, é destinada a adolescentes e jovens. Tem como objetivo auxiliá-los(as) no desenvolvimento de ações de formação para promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, a partir do fortalecimento do debate e da participação juvenil.

Seu propósito não é ser apenas mais um conjunto de fascículos, e sim trazer provocações e aprofundar o conhecimento que os(as) adolescentes e jovens têm a respeito de temas presentes em toda a sociedade, e que muitas vezes são tratados de maneira equivocada ou com preconceitos. Ao mesmo tempo, deseja orientar o trabalho por meio de oficinas, debates e leituras. Pretende, também, provocar reflexões e instigar o diálogo sobre as temáticas do SPE dentro das escolas brasileiras.

Os temas fundamentais destes fascículos são dados pelos eixos de ação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que têm como objetivo central desenvolver estratégias de promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, de promoção da saúde, de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, do HIV e da aids, e da educação sobre álcool e outras drogas, com adolescentes e jovens escolares, por meio do desenvolvimento articulado de ações no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde.

O SPE é conduzido, no âmbito federal, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, em parceria com a UNESCO, o UNICEF e o UNFPA. Essas instituições constituem o Grupo de Trabalho Federal (GTF) que está encarregado da elaboração de diretrizes, avaliação e monitoramento do Projeto.

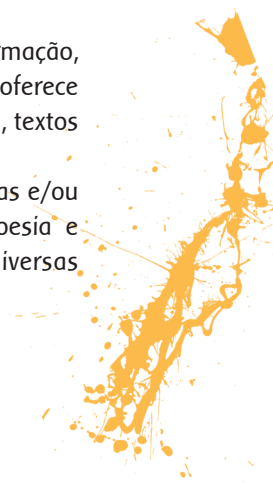
Acreditando que adolescente aprende mais com adolescente, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, por meio do GTF, convocam adolescentes e jovens a intensificar o diálogo entre seus pares. Partem, também, da convicção de que os setores Saúde e Educação estão relacionados a vários temas que precisam ser contextualizados e discutidos, tais como: sexualidade, prevenção das DST/HIV/aids, cidadania, participação, direitos, relações de gênero, diversidade sexual, raça e etnia.

O trabalho com esses temas exige uma abordagem pedagógica que inclui informação, reflexão, emoção, sentimento e afetividade. Por isso, este conjunto de fascículos oferece uma variedade de conteúdos e trabalha com conceitos científicos, poesias, música, textos jornalísticos, dados históricos e de pesquisa, entre outros.

Cada um deles contém: texto básico; materiais de apoio, com informações variadas e/ou curiosidades sobre o que se discutirá em cada oficina; letras de músicas, poesia e sugestões de filmes que mostram como o tema tem sido tratado em diversas manifestações culturais e em diferentes lugares, no Brasil e no mundo.

A partir de agora, o debate está cada vez mais aberto.

Ministério da Saúde
Ministério da Educação



Sumário

Apresentação

Para início de conversa	13
-------------------------------	----

Oficinas

Oficina 1 - Preconceito e discriminação	17
Oficina 2 - Que País é esse?	22
Oficina 3 - A escola e a discriminação	26
Oficina 4 - Diversidades e vulnerabilidades	34
Oficina 5 - Mídia e racismo	40
Oficina 6 - Desigualdades raciais e políticas de inclusão	46

Para saber mais

Sessão de cinema	56
Glossário	58

Referências	62
-------------------	----



Apresentação

Este fascículo traz uma série de oficinas e textos relacionados aos temas raça, racismo e etnias.

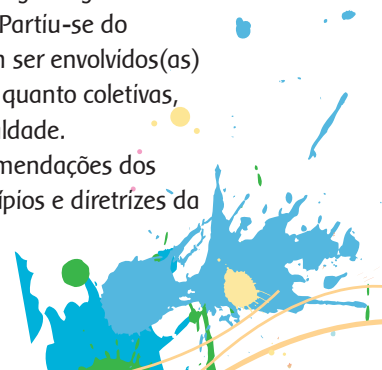
Durante muito tempo, disseminou-se a idéia de que a sociedade brasileira era uma democracia racial, ou seja, que vivíamos em um país em que não havia nenhuma forma de preconceito nas relações entre as pessoas brancas e negras.

A partir da pressão de ativistas do movimento negro e com a colaboração de estudos e pesquisas que identificaram claramente a existência das desigualdades étnicas e raciais no Brasil, vêm sendo construídas estratégias de políticas públicas para enfrentar estas desigualdades. As políticas afirmativas que garantem um maior acesso a pessoas pretas, pardas e indígenas à escolarização é um exemplo destas políticas. O uso da expressão "racial" ganhou no Brasil um significado político no processo de afirmação das identidades das populações negras, entre as quais estão incluídos especificamente pretos e pardos. Quando se trata da diversidade da população brasileira, negro é, para além da cor, a expressão de culturas, de tradições, de religiosidades e particularmente, de uma história. Uma história de exclusão e uma história de lutas por uma sociedade mais justa e livre do racismo, seja o racismo declarado ou o racismo camuflado. O movimento indígena e muitas pesquisas realizadas no campo da antropologia, têm mostrado, que as relações interétnicas entre povos indígenas e não indígenas também é historicamente marcada por relações conflitantes e de desrespeito as populações indígenas. Mais de 220 povos indígenas diferentes estão presentes no território nacional, falantes de aproximadamente, 180 línguas diferentes.

Apesar das várias mudanças já constatadas, basta dar uma olhada, por exemplo, nos indicadores de mortalidade materna, de expectativa de vida e de mortalidade infantil, para perceber que, em pleno século 21, o racismo e a discriminação racial ainda impedem que negras e negros, índios e índias tenham a mesma oportunidade que brancas e brancos.

Neste fascículo, a proposta é justamente a de promover uma ampla discussão sobre o racismo, desde a que orienta pequenos gestos que acabam passando despercebidos, mas que são norteados por preconceitos raciais e justificam atitudes e comportamentos pessoais discriminatórios e excludentes, até aquele cuja manifestação impede que as pessoas tenham seus direitos fundamentais protegidos ou efetivados. A metodologia sugerida é a de linha participativa, apoiada na estratégia de educação entre pares. Partiu-se do princípio de que os(as) adolescentes e jovens são sujeitos ativos e devem ser envolvidos(as) na discussão, na identificação e na busca por soluções, tanto individuais quanto coletivas, que tenham como objetivo enfrentar e superar o preconceito e a desigualdade.

Tanto os textos quanto as atividades práticas basearam-se nas recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Pluralidade Cultural (MEC), nos princípios e diretrizes da



Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, bem como na literatura disponível sobre o tema. Consideraram, prioritariamente, as necessidades dos (as) adolescentes e jovens apontadas pelos(as) jovens ativistas que participaram de todo o processo de sua elaboração.

Cada oficina descreve, minuciosamente, o passo a passo da proposta visando a facilitar a sua aplicação pelo (a) educador (a) entre pares e seguindo o roteiro abaixo:

Objetivo: o que se pretende obter com a aplicação da oficina.

Material: o que é necessário ter em mãos para a realização da oficina. Na maioria dos casos, os materiais propostos são muito simples, baratos e acessíveis.

Questões a serem respondidas: perguntas-chave a serem realizadas ao final da oficina, para discussão, reflexão e aprofundamento de situações mais polêmicas ou complexas.

Tempo: aproximadamente quantas horas serão necessárias para desenvolver toda a oficina. No entanto, esse tempo pode variar de acordo com o tamanho do grupo, com a idade dos/as participantes e/ou o conhecimento que elas e eles já têm sobre o assunto.

Integração: um quebra-gelo inicial para descontrair o grupo e mostrar o caráter lúdico da proposta.

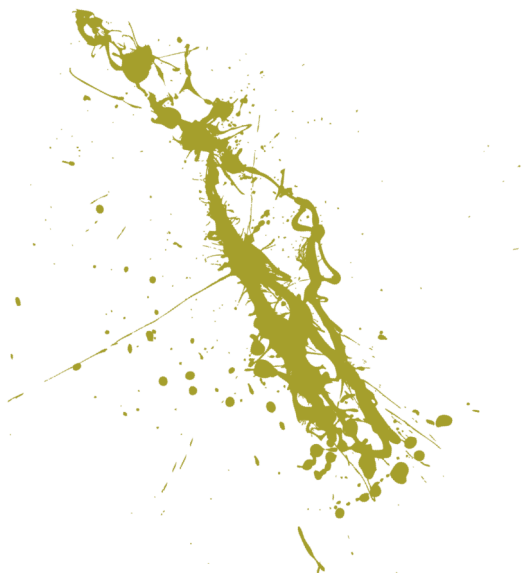
Atividade: descrição detalhada de cada ação necessária para que a oficina aconteça da forma mais fácil e completa possível.

Conclusão: as ideias principais que devem ser passadas para os(as) participantes.

Finalização: uma avaliação bem simples sobre a atividade realizada e um relaxamento final.

Alguns destaques, informações legais, curiosidades ou depoimentos foram agregados a algumas oficinas.

No final deste fascículo, na seção "Para saber mais", estão dicas de filmes que tratam dos temas trabalhados e um glossário para entender melhor os termos utilizados pelo movimento negro, na busca por uma sociedade mais igualitária.



Para início de conversa¹

Que o Brasil é imenso todo mundo sabe, mas raramente paramos para pensar sobre a diversidade cultural do nosso povo. Além da população indígena que sempre viveu por aqui, imigrantes e descendentes de europeus, africanos, asiáticos, latino-americanos, ciganos etc. habitam esse País.

Muitas pessoas costumam dizer que é um País de “braços abertos”, formado originalmente por três raças – o índio, o branco e o negro – que se dissolveram, dando origem ao brasileiro. Nessa concepção, o Brasil seria um lugar onde todas as pessoas poderiam exercer seus direitos e que o preconceito e a discriminação racial simplesmente não existiriam. Certo?

Não, errado. Na vida real o que se vê é outra coisa.

Para começar, atualmente, convivem no território nacional cerca de 225 etnias indígenas², cada uma delas guardando identidade própria. Além disso, existe no Brasil uma imensa população formada por descendentes dos povos africanos e um grupo igualmente numeroso de imigrantes e descendentes de povos originários de diferentes continentes, de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões.

Ao longo da história, aconteceram inúmeras situações de discriminação e exclusão social, impedindo muitos(as) brasileiros (as) de exercer plenamente sua cidadania.

O mito de que vivemos em uma cultura uniforme em que não existem desigualdades nem preconceitos, na verdade fez com que as discriminações

¹ Texto elaborado a partir de: BRASIL / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>; BRASIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de DST e Aids, 2007; ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar. Belo Horizonte: N'Zinga/Mazza Edições, 2004.; Boletim CIMI- A serviço da vida dos povos indígenas, pág 01, ano 2004.

² Jornal da Ciência. Aumentou o número de etnias indígenas no Brasil. Artigo publicado em 17/04/2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=46264>. Acessado em 14/01/2009.



praticadas com base nas diferenças raciais acabassem por ficar ocultas, sobretudo aquelas contra as populações negra e indígena.

Já tem muitos anos que as mulheres e os homens negros se organizam no sentido de superar as desigualdades construídas historicamente e suas implicações. Uma das principais bandeiras de luta do movimento negro, intelectuais e ativistas comprometidos com a proteção dos direitos humanos e a luta antirracista é, justamente, mostrar que o *mito da democracia racial*³, além de ser um equívoco, ainda impede que a igualdade entre as pessoas, de fato, aconteça.

Os povos indígenas no Brasil, por sua vez, têm vivenciado um processo histórico de resistência e de organização desde a colonização do País por Portugal. Esse processo é marcado por grandes massacres, extermínio e invasão das terras tradicionais desses povos. Uma de suas maiores lutas é pela demarcação de suas terras, uma vez que, só assim, a sobrevivência dos povos da floresta e a preservação de suas culturas será possível. Hoje, muitos povos indígenas estão sem a propriedade de suas terras, embora isso seja direito garantido na Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 231 e 232, fruto de uma grande luta em todo o Brasil, sobretudo a partir da década de 1970.

O que é raça? O que é etnia?

Raça – conceito que teve intenso uso ideológico no século XIX para justificar a idéia de que há raças superiores e inferiores, o que legitimou a subjugação e a exploração de povos considerados, sob essa lógica, biologicamente inferiores. A ciência do século XX, especialmente a genética, demonstrou que o conceito biológico de raça não tem sustentação científica, porque há mais diferenças entre os indivíduos considerados da mesma raça, do ponto de vista genético, do que entre as supostas raças, ou seja, **a espécie humana é única e indivisível. As diferenças de fenótipo (diferenças aparentes) não implicam diferenças biológicas ou genéticas que justifiquem a classificação dos sujeitos em diferentes raças** ou que justifiquem a distinção hierárquica entre os povos (raças superiores ou inferiores). O termo “raça” ainda é utilizado para informar como determinadas características físicas (cor de pele, tipo e textura de cabelo, formato do nariz e do crânio, **formato do rosto**) e, também, manifestações culturais que influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar dos sujeitos na sociedade brasileira em razão da carga de preconceito e discriminação aos quais estão submetidos os grupos não brancos.

Etnia – refere-se a um grupo de pessoas que consideram ter um ancestral comum e compartilham da mesma língua, da mesma religião, da mesma cultura, das tradições e visão de mundo, do mesmo território ou das mesmas condições históricas.

³ Ver glossário

O racismo na escola

De acordo com vários estudos e pesquisas⁴, a escola é considerada como um dos espaços sociais em que crianças e adolescentes negros(as) defrontam-se de forma mais contundente com a vivência do racismo e da discriminação racial.

As situações de rejeição enfrentadas pelos alunos(as) negros(as), aliadas ao silêncio dos(as) profissionais da educação em relação a essas práticas, produzem graves sequelas na autoestima dessas crianças e jovens, repercutindo negativamente no seu desempenho escolar e no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizado. É, ainda, um fator importante de evasão escolar.

Dados de 2001, por exemplo, revelaram que estudantes negras e negros representavam apenas um quinto da população universitária (19,7%), enquanto brancas e brancos eram a maioria (78,3% dos estudantes).

Em 1998, a partir da publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*⁵, o tema transversal Pluralidade Cultural veio reforçar a necessidade de se investir em mudanças educacionais que valorizassem todos os povos que fazem parte desse País, fornecendo, assim, informações que contribuíssem para a formação de mentalidades voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão.

A *Lei nº 10.639/2003* instituiu o ensino obrigatório de história e cultura afrobrasileiras nas escolas, valorizando a luta da população negra e garantindo sua contribuição nas áreas social, econômica e política da história do Brasil. Tem como principal objetivo acabar com o racismo presente nas práticas educacionais.

Conceitos Importantes

Preconceito - conjunto de crenças e valores preconcebidos e apreendidos, sem razão objetiva ou refletida, que levam um indivíduo ou um grupo a nutrir opiniões a favor ou contra os membros de determinados grupos, antes de uma efetiva experiência com esses. No terreno das relações raciais, o emprego do termo normalmente se refere “ao aspecto negativo de um grupo herdar ou gerar visões hostis a respeito de outro, distinguível com base em generalizações”.

Racismo - é uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes. Ele opera pela atribuição de sentidos pejorativos a

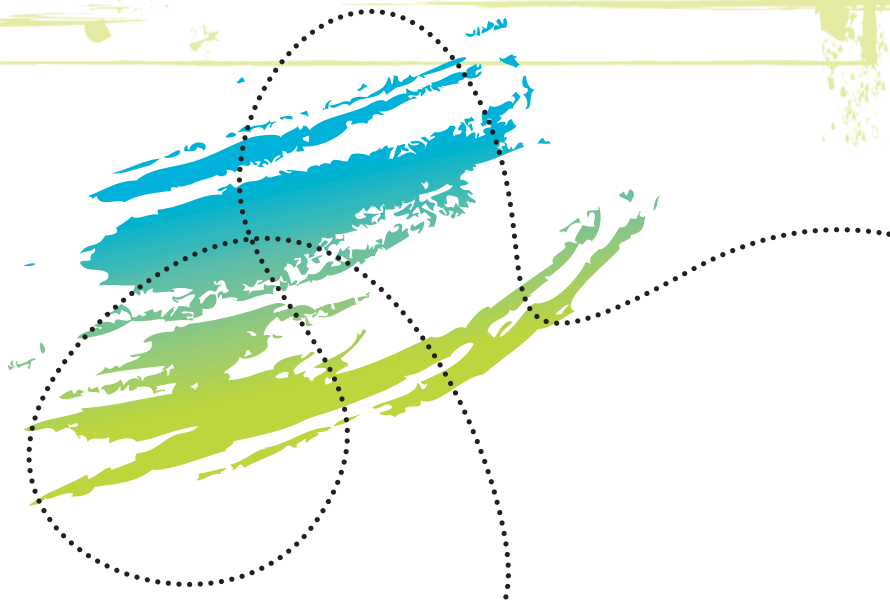
⁴ Mattar, Laura Davis (coord.). Direito à saúde da mulher negra: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008

⁵ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

características peculiares de determinados padrões da diversidade humana e de significados sociais negativos aos grupos que os detêm. Não se trata de uma opinião pessoal, porque as idéias preconceituosas e as atitudes racistas e discriminatórias são mantidas por gerações e, em cada tempo e lugar, elas se manifestam de um modo, por meio de piadas, da apresentação de personagens negros e índios nos filmes, novelas, desenhos, propagandas etc.

Discriminação racial - corresponde à expressão ativa ou comportamental do racismo e do preconceito racial. O preconceito e o racismo são modos de ver, concepções, representações sobre determinadas pessoas ou grupos sociais racializados. A discriminação racial remete a ações em que essas representações são apresentadas por meio de práticas sociais e cotidianas, gerando situações de desvantagem e desigualdades entre os segmentos populacionais envolvidos. Manifestam-se de forma intencional ou não, seja pela atribuição de rótulos pejorativos, seja até mesmo pela negação do acesso aos bens públicos e constitucionais, como saúde, educação, justiça, habitação, participação política etc.

Fontes: CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Summus, 2000.; SANTOS, Hélio. *Discriminação Racial no Brasil*. In: SABOIA, Gilberto Vergne (org.). *Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.



Oficina 1 :

Preconceito e discriminação

Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Identificar as diferenças que se tornam desigualdades por causa de características físicas e/ou culturais.</p>	<p>Fita adesiva ou crepe Quadro Aparelho de som e CDs</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Na opinião de vocês quem em nosso país é tratado (a) como "coisa"? Quem é tratado(a) como "pessoa"?▶ Por que essas situações acontecem? Como enfrentá-las?▶ Qual o papel dos(as) adolescentes e jovens na mudança de atitudes preconceituosas e discriminatórias?

Tempo: 2 horas



Integração

- ▶ Peça ao grupo para andar pelo espaço da sala ou do pátio, escutando a música e observando os gestos do seu próprio corpo e do corpo dos outros. Todos deverão ficar atentos ao ritmo da música (normal, acelerado e lento), movendo-se de acordo com os ritmos.
- ▶ Informe que, em algum momento, você irá interromper a música e dará alguns comandos. Os(as) participantes deverão fazer aquilo que o(a) facilitador(a) disser:
 1. formar uma dupla com alguém;
 2. colocar a mão direita no joelho esquerdo do outro;
 3. encostar o pé direito de um no pé esquerdo do outro;
 4. encostar as testas;
 5. encostar os cotovelos;
 6. desfazer a dupla e andar pelo espaço;
 7. fazer uma dupla com a pessoa que estiver mais perto.
- ▶ Peça que as duplas façam uma fila e que fiquem de frente um(a) para o(a) outro(a).

Atividade

- ▶ Informe que o nome da atividade é: **Coisas e Pessoas**. Escolha, aleatoriamente, um grupo para ser as "coisas" e o outro as "pessoas".
- ▶ Leia as regras para cada grupo:

COISAS: *As coisas não podem pensar, não sentem, não podem tomar decisões, não têm sexualidade, têm que fazer aquilo que as pessoas lhes ordenem. Se uma coisa quer se mover ou fazer algo, tem que pedir permissão à pessoa.*

PESSOAS: *As pessoas pensam, podem tomar decisões, têm sexualidade, sentem e, além disso, podem pegar as coisas que querem.*
- ▶ Peça para o grupo das "pessoas" pegar "coisas" e fazer com elas o que quiser. Poderão ordenar que façam quaisquer atividades.
- ▶ Dê ao grupo de 3 a 5 minutos para que "**as coisas**" desempenhem os papéis designados pelas pessoas, dentro do espaço da sala ou do pátio.
- ▶ Solicite aos grupos que regressem aos seus lugares e explorem a atividade a partir das questões a serem respondidas.
- ▶ Ao final, apresente os conceitos de preconceito e de discriminação:

Preconceito *refere-se a predisposições negativas a respeito de uma pessoa ou um grupo de pessoas com base em características físicas ou culturais.*

Discriminação - conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como raça, sexo, idade, opção religiosa e outros.

Conclusões

- ▶ Um dos exemplos mais claros de discriminação e “coisificação” pode ser encontrado na própria História em relação à escravidão, situação em que negros e negras deixaram de ser vistos como pessoas e passaram a ser tratados como coisas.
- ▶ Mesmo nos dias de hoje, ainda é comum verificar o racismo em várias situações do dia a dia, por exemplo, em palavras e expressões como: “denegrir”; “a coisa está preta”; “dia de branco”, “samba do crioulo doido”, “isso é serviço de preto”, “preto quando não faz na entrada faz na saída” etc . As mulheres negras, por sua vez, sofrem dois tipos de discriminação: a racial e a de gênero. Por gênero entende-se a construção sociocultural do feminino e do masculino, ou seja, as diferenças entre os homens e as mulheres que foram construídas ao longo da história da humanidade, por meio dos costumes, ideias, atitudes, crenças e regras criadas pela sociedade. Essa diferença historicamente construída tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção e exercício de cidadania a homens e mulheres. Já por racismo entendemos qualquer comportamento ou atitude discriminatória em função da raça, etnia ou cultura. Assim, uma pessoa é racista quando acredita que certas características, como a cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, tradições ou o lugar onde se nasce, fazem com que existam grupos de pessoas que devem ser considerados superiores e outros inferiores.
- ▶ Nosso país, mesmo tendo uma grande parte de sua população composta por pessoas negras e um número menor de pessoas indígenas, ainda é muito racista. O racismo é considerado um crime e, por isso, deve ser denunciado.

Finalização da oficina

- ▶ Peça que, quem quiser, conte ao grupo uma situação de preconceito e/ou discriminação que já vivenciou ou presenciou.
- ▶ Proponha que, conjuntamente, façam uma lista de ações voltadas para, no mínimo, diminuir o número de casos de preconceito e discriminação nos espaços frequentados por adolescentes e jovens.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

O direito à não discriminação é um direito humano garantido por diversos documentos internacionais, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. Esses dois documentos reconhecem as especificidades e as diferenças existentes entre grupos e pessoas e seu impacto na efetivação de seus direitos humanos, buscando assegurá-los entre todos.

O documento referente à Convenção, aprovado em 1965 pelas Nações Unidas, foi assinado por 167 Estados, dentre eles o Brasil, que se comprometeram a combater o racismo e a discriminação racial. Desde seu preâmbulo, essa Convenção assinala que qualquer "*doutrina de superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, inexistindo justificativa para a discriminação racial, em teoria ou prática, em lugar algum*". Ressalta a urgência em adotar as medidas necessárias para eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações e prevenir e combater doutrinas e práticas racistas.

O artigo 1º da Convenção define a discriminação racial como: *qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais*.

Vale dizer, a discriminação abrange toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Logo, a discriminação sempre significa desigualdade.

Essa mesma lógica inspirou a definição de discriminação contra a mulher, quando da adoção da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, pela ONU, em 1979. A discriminação ocorre quando somos tratados como iguais, em situações diferentes; e como diferentes, em situações iguais.

Fonte: Adaptado de Direito à Igualdade Racial. Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra. Iniciativa Conectas e Geledés e Relações étnico-raciais e de gênero. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007.

Crimes de discriminação racial

Todas as situações descritas a seguir, quando praticadas por motivos de preconceito de raça/cor, religião, etnia ou nacionalidade, são consideradas crime de discriminação racial. Quem cometer qualquer uma dessas ações estará sujeito à punição:

Recusar, impedir, negar:

– Acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador; entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos; transportes públicos, como aviões, navios, barcos, ônibus, trens e metrô, ou qualquer outro meio de transporte.

– A inscrição ou o ingresso de aluno(a) em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

– A hospedagem em hotel, pensão ou qualquer estabelecimento similar.

– O atendimento em restaurantes, bares, confeitarias ou locais semelhantes abertos ao público; estabelecimentos esportivos, casas de diversão ou clubes sociais abertos ao público; salões de cabeleireiro, barbearias, casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.

Impedir ou dificultar:

O acesso de alguém: ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas; a qualquer cargo da administração direta ou indireta, bem como em empresas públicas ou privadas (quando devidamente habilitado).

O casamento ou a convivência familiar e social.

Praticar, induzir ou incitar:

A discriminação ou o preconceito de raça/cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Fonte: Laura Davis (coord.) .Direito à saúde da mulher negra: manual

DICA

O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), fundado em 1990, é uma organização não governamental que, entre outros projetos, possui uma equipe de advogados(as) que atua em casos emblemáticos de discriminação racial ou religiosos e na defesa judicial da igualdade racial, incluindo as políticas de ação afirmativa. **Página:** www.ceert.org.br

Oficina 2:

Que País é esse?



Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Resgatar a ancestralidade dos(as) participantes, valorizando o patrimônio histórico-cultural brasileiro.</p>	<p>Espelho Quadro Fita adesiva ou crepe Folhas de papel tamanho grande emendadas, formando um quadrado de mais ou menos 2 metros. Retalhos de papel de diferentes cores Lápis de cor Cola Revistas velhas Tesouras Folhas Pedras Serragem Pedaços de madeira Sementes</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Que País é esse em que vivemos?▶ Todas as pessoas que vivem no Brasil têm os mesmos direitos? Por quê?▶ Existe, no Brasil, algum tipo de preconceito ou discriminação por razão da cor de pele, classe social, gênero ou religião?▶ Como, quando, onde e por que isso acontece?

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Coloque um espelho na sala e peça que cada participante se levante e observe seu próprio cabelo.
- ▶ Solicite que, em silêncio, cada um(a) atribua um adjetivo em relação ao próprio cabelo.
- ▶ Peça que voltem para o seu lugar e, depois que todos passarem pelo espelho, digam os adjetivos escolhidos sobre seu próprio cabelo. Escreva os adjetivos no quadro, quantificando os que mais e os que menos apareceram.
- ▶ Pergunte a todos(as) o porquê das pessoas terem diferentes tipos de cabelos.
- ▶ Explique que, apesar da função de qualquer tipo de cabelo ser a de proteger a cabeça do sol e de acidentes, alguns tipos costumam ser mais apreciados do que outros e, muitas vezes, essa "preferência" tem como raiz a desigualdade racial – o cabelo liso e claro (dos europeus e americanos) é mais valorizado que os escuros e crespos (dos africanos).

Atividade

- ▶ Inicie a atividade afirmando que todas as pessoas do grupo vivem em uma mesma cidade, no mesmo país, no mesmo tempo histórico, mas que, mesmo assim, cada pessoa tem uma história própria.
- ▶ Informe que nessa atividade a ideia é que todo o grupo trabalhe questões relacionadas à história de cada um(a).
- ▶ Coloque uma folha de papel bem grande (mais ou menos 2 X 2 metros) no chão e coloque os materiais ao lado.
- ▶ Peça que, individualmente, pensem em si mesmos(as), em suas famílias e sua origem. Em seguida, que escolham os materiais que querem utilizar para representar suas origens. Estimule-os(as) a pintar símbolos ou imagens coloridas, relacionadas às suas características pessoais e familiares.
- ▶ Dê 20 minutos para prepararem suas histórias, colando-as em qualquer lugar do quadrado. Quando terminarem, peça que compartilhem suas histórias, caso queiram.
- ▶ Peça que formem um círculo e pergunte quais as conclusões a que se pode chegar ao observar a colagem e após o compartilhamento das histórias.
- ▶ Ao final, aprofunde o debate a partir das questões a serem respondidas.

Conclusões⁶

- ▶ A imagem que uma pessoa tem de si mesma e de seu mundo é construída a partir dos modelos que a sociedade nos oferece. E é a sociedade e não a biologia ou os genes quem determina como devemos ser e nos comportar, quais são nossas possibilidades e nossos limites.
- ▶ Apesar de o Brasil ser um país formado por diferentes povos - descendentes de povos africanos e de índios brasileiros; imigrantes e descendentes de povos europeus, asiáticos e latino-americanos, dentre outros – e com uma das maiores diversidades culturais do mundo, o preconceito e a discriminação racial ainda estão presentes no cotidiano de todos(as) os(as) brasileiros(as).
- ▶ Muitas vezes, o desprezo por outras culturas, que não sejam a americana e a européia, fica camuflado por uma falsa ideia de igualdade. O preconceito surge quando a sociedade, os meios de comunicação e mesmo a escola defendem a ideia de que temos uma cultura uniforme, em lugar de reconhecer, valorizar e pesquisar a enorme diversidade cultural brasileira.
- ▶ Os negros e negras (ou afrodescendentes) e as mulheres são exemplos de grupos que, historicamente, foram alvo de discriminações e preconceitos que acabaram por negar-lhes muitos dos direitos que asseguram a igualdade de condições e de oportunidades para a construção de uma vida digna.
- ▶ Todas as pessoas são dignas de respeito, não importa a cor, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, condição de saúde, orientação sexual, identidade de gênero ou grau de instrução.

Finalização da oficina

- ▶ Solicite que fiquem em silêncio por um minuto e que pensem no que seria preciso mudar em si mesmo, na sua escola e em seu país para que a diferença entre as pessoas não se tornasse um motivo para o preconceito e a discriminação.
- ▶ Encerre afirmando que a cidadania se constrói pelo reconhecimento e respeito às diferenças individuais; pelo enfrentamento dos preconceitos, das discriminações (econômica, política, sexual, racial, cultural etc.); pela participação na construção de políticas públicas mais igualitárias e pela confiança no potencial de transformação de cada pessoa.

⁶ Adaptado de: Parâmetros Curriculares Nacionais/Pluralidade Cultural e Relações étnico-raciais e de gênero. Brasília, 2007.

Está na Lei!

O artigo 5º da **Constituição Federal de 1988** diz: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A **Lei Caó** (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989) tipifica como crime os “atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor”.



Natalia Forcat

Quer saber mais?

O *Dossiê Assimetrias Raciais no Brasil: alerta para a elaboração de política*, publicado pela Rede Feminista de Saúde, traz importantes contribuições para ativistas antirracistas, principalmente no que diz respeito ao monitoramento e controle social de políticas de promoção da igualdade racial.

Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/raca_etnia/dossie%20assimetrias%20raciais%20no%20brasil.pdf

Oficina 3:

A escola e a discriminação



Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Favorecer a discussão sobre os estereótipos existentes em relação às raças e etnias existentes no Brasil.</p>	<p>Folhas de papel Lápis ou caneta Desenho de uma árvore de mais ou menos 2 metros de altura Tiras de papel Fita crepe Canetas de ponta grossa</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ O que geralmente as pessoas fazem quando presenciam uma situação de preconceito racial na escola? E na comunidade?▶ O que cada um(a) de nós poderia fazer para promover a autonomia, o respeito e a valorização da diversidade racial e cultural nas situações cotidianas?▶ Qual a escola que temos? Qual a que queremos?

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Distribua uma folha de papel para cada participante.
- ▶ Solicite que, individualmente, pensem em uma situação de preconceito ou discriminação racial que ocorre na escola.
- ▶ Em seguida, peça que elaborem um desenho representando as emoções que um tipo de situação como essa desperta na pessoa que a sofreu.
- ▶ Quando terminarem, peça que cada um (a) conte brevemente qual foi a situação de preconceito ou discriminação racial que escolheu, mostre o desenho e diga qual a emoção que retratou.
- ▶ Divida o quadro em duas partes e registre de um lado a situação e do outro a emoção correspondente.
- ▶ Finalize afirmando que, mesmo não percebendo, muitas vezes utilizamos expressões extremamente preconceituosas e racistas. Um exemplo seria frases como: “eu não sou racista, mas...”; “você está denegrindo a minha imagem” ou “ele(a) é um negro de alma branca”. Explique que o preconceito e a discriminação afetam profundamente as pessoas, podendo refletir até mesmo em sua possibilidade de aprendizado. Além disso, as situações de agressões verbais baseadas em raça/cor ou características físicas são uma das causas da evasão escolar.

Atividade⁷

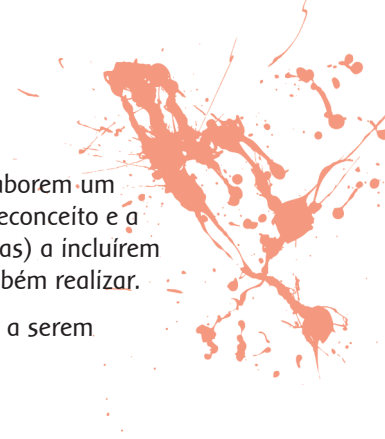
- ▶ Cole o cartaz com a árvore na parede.
- ▶ Solicite que façam 4 grupos e que, inicialmente, façam uma lista com todas as formas de manifestações do preconceito e da discriminação racial que podem ocorrer em uma escola.
- ▶ Terminada a lista, solicite que escrevam cada situação em uma tira de papel e, em seguida, que essas tiras sejam coladas na copa da árvore.
- ▶ Leia uma a uma as tiras sobre os preconceitos e discriminações que ocorrem na escola e tire as repetidas.
- ▶ Solicite que, agora, voltem para os grupos e que discutam quais seriam as razões para que essas situações de violência ocorram na escola. Peça que escrevam cada uma das razões em uma tira de papel e que elas sejam fixadas na raiz da árvore.
- ▶ Leia todas as razões apontadas e, em plenária, pergunte quais são as instituições que perpetuam a existência desses preconceitos e discriminações (família, comunidade, igreja, meios de comunicação, grupos de amigo, por exemplo). Escreva as contribuições em tiras de papel e cole no tronco.

⁷ Adaptado da oficina Construção de Árvores sobre a Violência nas Escolas, apresentada por Maria de Nazaré Zenaide em “Oficina Pedagógica: a violência social nas escolas”(2003, pp.197 a 245). In: Zenaide, M. N. T et allí (org). Ética e Cidadania nas Escolas. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

- ▶ Uma vez completada a árvore, peça que retornem ao grupo e que elaborem um documento com sugestões de ações para a escola para diminuir o preconceito e a discriminação, tendo como base o que a árvore revelou. Estimule-os(as) a incluírem sugestões de ações e atitudes que eles(as) próprios(as) poderão também realizar.
- ▶ Ao final das apresentações, abra para o debate a partir das questões a serem respondidas.

Conclusões

- ▶ Durante muito tempo, as escolas brasileiras só falavam da população negra a partir da escravidão. Ainda hoje, muitas vezes, o continente africano é apresentado como sendo um lugar “exótico”, cheio de animais selvagens, com pessoas vivendo em total miséria ou com doenças como a aids, por exemplo. Há quem pense até que a África é um país e não um continente. Vejam só!
- ▶ A partir de 2003, com estabelecimento da Lei nº 10.639, o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiro passou a ser obrigatório em todas as escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Muitas escolas mudaram seus currículos, a fim de garantir a implementação da lei.
- ▶ Os livros, tanto os didáticos quanto os paradidáticos, também precisam ser revistos. Em vários deles, as pessoas negras são retratadas em posições subalternas, em número bem menor que os(as) brancos(as) ou, ainda, em situações estereotipadas, como, por exemplo, batucando, sambando ou jogando basquete, como se negros e negras apenas fizessem isso. No caso dos livros didáticos, um estudo aprofundado sobre a representação do negro na literatura infantil e juvenil indicou um universo ainda problemático das relações étnicas e raciais. Ainda existem poucos livros que trazem personagens negras; alguns desses repetem preconceitos e estimulam comportamentos e atitudes discriminatórias.
- ▶ Ações que valorizem os diferentes segmentos populacionais, as diferentes etnias, grupos sociorraciais e culturais devem fazer parte do currículo e dos materiais didáticos e paradidáticos de todas as instituições de ensino, públicas ou privadas. Mas isso não é tudo. É preciso que os(as) adolescentes e jovens se posicionem, repudiando todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação, seja baseado em diferenças de cultura, raça, etnia, classe social, nacionalidade, idade, orientação sexual, condição de saúde, deficiência, entre outras tantas.



Finalização da oficina

- ▶ Distribua a letra da música *Us Guerreiro*, de Rappin Hood, e pergunte quem conhece e sabe cantá-la. Se alguns adolescentes e jovens conhecerem, peça para que a cantem. Caso contrário, peça que leiam a letra.

Us Guerreiro

Rappin Hood - CD *Sujeito Homem 2*

Os herdeiros, os novos guerreiros
 novos descendentes, afro-brasileiros
 Da periferia, lutam noite e dia
 Tão na correria como vive a maioria
 Guardam na memória, uma bela história
 De um povo guerreiro, então, cheio de glórias
 Zumbi, o líder desse povo tão sofrido
 E sem liberdade, pro quilombo eles fugiram
 Palmares, o local da nossa redenção
 Pra viver sem corrente, sem escravidão
 Dandara, que beleza negra, jóia rara
 A linda guerreira comandava a mulherada
 (...)
 Palmares era assim, um lugar bem sossegado
 Os pretos lado a lado, tudo aliado
 A mística, o sonho de rever nossa mãe África
 Angola, Nigéria, Zimbábue, Arábia
 (...)

- ▶ Encerre a atividade perguntando se os(as) adolescentes e jovens já ouviram falar dos quilombos e de Zumbi dos Palmares. Explique que os quilombos eram comunidades que surgiram a partir da reunião de negros(as) fugidos(as) da escravidão. O mais conhecido deles era o de Palmares que ficava no Estado de Pernambuco e seus habitantes, os quilombolas, tinham avançada organização política e social. No dia 20 de novembro é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem ao líder guerreiro Zumbi e à experiência de resistência do Quilombo de Palmares⁸.

⁸ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/19/materia.2006-11-19.9718496723/view>

Depoimento

Apreendi na escola que a cor da pele vem de uma substância chamada melanina, que quase todo mundo tem. Só as pessoas albinas não têm. Quem tem mais melanina é escura e quem tem menos tem a pele clara. Apreendi também que certas características físicas, inclusive o tom da pele, se deram pela necessidade de adaptação biológica do ser humano ao ambiente. Assim, as populações de regiões mais quentes têm uma pele mais escura para protegê-las do sol. Já os que nasceram em lugares mais frios têm a pele mais clara para absorver melhor o calor do sol. Só que tem gente que, mesmo aprendendo essas coisas, ainda acha que cor da pele tem a ver com outras coisas e fica se achando melhor que as outras. Isso é racismo.

Eu já perdi a conta do tanto de vezes que sofri preconceito e que fui discriminada pelo tom da minha pele, pelo formato do meu nariz e da minha bunda, pelo meu cheiro.

O pior é que quem faz essas coisas acha que é uma brincadeira e que eu é que sou uma chata por dizer que isso é racismo.

O que todas as pessoas têm que saber é que as palavras, os gestos e as atitudes que, de alguma forma, depreciam negros e negras são graves e que podem ser denunciados como injúria.

Seria legal se todas as escolas tivessem na parede uma lista de leis e decretos que tratam da questão racial. Quem sabe, assim, diminuiria o preconceito racial, não é?

Diana, 20 anos.

Está na Lei!

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras”, e dá outras providências.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-A. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

DICA 1

As populações quilombolas são grupos de pessoas que vivem em comunidades remanescentes dos quilombos, ou seja, aquelas que habitam as terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica, por ex-escravos, de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas, entregues ou adquiridas por antigos escravos. Na maioria das vezes, as terras quilombolas estão localizadas em áreas de difícil acesso, onde vive uma população com histórico de resistência à dominação, representantes de uma memória viva da história afro-brasileira.

Quer saber mais?

Gibi Quilombos/MEC – diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/gibi_quilombos.pdf

Observatório Quilombola – www.koinonia.org.br/oq/quilombo.asp

Comunidades Quilombolas – www.cpis.org.br/comunidades/

A luta antirracista

O movimento negro é formado por todos os grupos organizados, homens e mulheres (negros ou não) comprometidos com o combate ao racismo e à discriminação racial, visando à promoção da igualdade racial. A expressão movimento negro refere-se ao conjunto de organizações e instituições dedicadas a defender e a promover os direitos de mulheres e homens negros, no contexto da luta contra o racismo. Trata-se de uma concepção ampla de movimento social, que busca contemplar a complexidade, a heterogeneidade e a multiplicidade das organizações que atuam no campo das relações raciais e combate ao racismo.

Desse modo, considera-se Movimento Social Negro um conjunto plural de entidades, incluindo as organizações tradicionais, como as casas e os terreiros de religiões de matriz africana, as irmandades, os grupos culturais, blocos carnavalescos e grêmios recreativos das escolas de samba e os grupos de capoeira, as posses de *rap*, bem como as organizações não governamentais antirracistas, as associações de empresários, os grupos de base comunitária, o movimento *hip-hop*.

Todos esses grupos têm como objetivos comuns o combate ao racismo e à discriminação racial, a valorização da cultura negra, a igualdade de direitos e a inclusão social da população negra. O movimento negro atua contra uma sociedade que oculta, esconde e legitima o estigma, o preconceito e a discriminação racial. Essa atuação ocorre por meio de uma ação política que visa ao reconhecimento de que o preconceito, a discriminação racial e o racismo não são problemas só das pessoas negras, mas sim, de toda a sociedade brasileira.

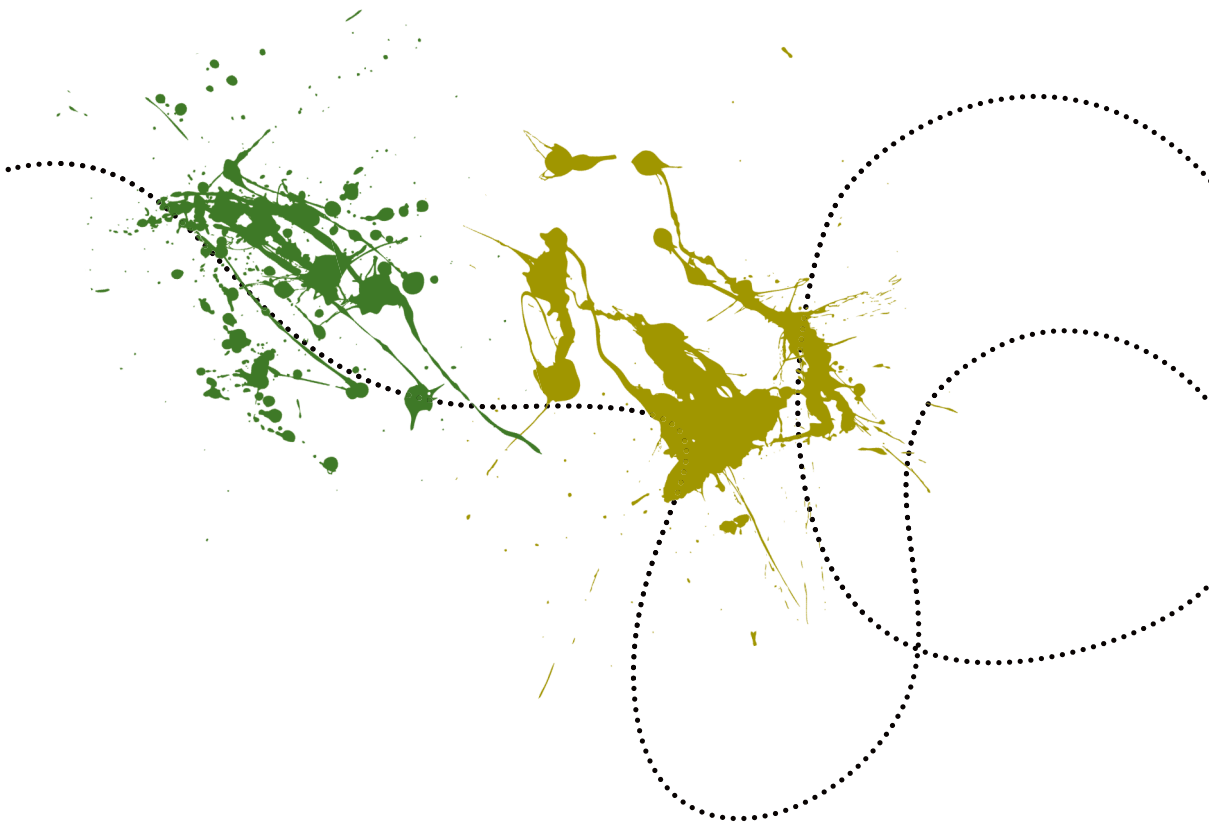
Fontes: GOULART, Flávio. TANNÚS, Liliane. *Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde*. Brasília: DFID, 2007 e <http://www.combateaoracismoinstitucional.com/images/pdf/subsidios.pdf>.
MATTAR, Laura Davis (coord.) . *Direito à saúde da mulher negra: manual de referência*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Tendo *status* de Ministério, a SEPPIR foi instituída pelo Governo Federal, em 21 de março de 2003. Tem como missão o estabelecimento de iniciativas contra as desigualdades raciais no País. Seus principais objetivos são: (a) promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra; (b) acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial; (c) articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos

públicos e privados, nacionais e internacionais; (d) promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil, que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica; (e) auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do continente africano.

Fonte: BRASIL. *SEPPIR*.. Disponível em:
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/



Oficina 4:

Diversidades e vulnerabilidades⁹



Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Identificar as dificuldades e constrangimentos a que muitos(as) adolescentes e jovens são submetidas nos serviços de saúde, quando buscam atendimento nas áreas da saúde sexual e da saúde reprodutiva</p>	<p>Quadro com os conceitos de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva</p> <p>Seis silhuetas de jovens, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino</p> <p>Cartões com os seguintes títulos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● vivendo com HIV ● homossexual ● negro(a) ● branco(a) ● indígena (a) ● com necessidades especiais <p>50 flechas amarelas</p> <p>50 flechas azuis</p> <p>Canetas de ponta grossa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Como adolescentes e jovens costumam ser atendidos(as) nos serviços de saúde? ▶ Que situações de discriminação e preconceito podem surgir? Como um(a) adolescente ou jovem lida com isso? Como deveria lidar? ▶ O que seria preciso mudar nos serviços de saúde para que os(as) adolescentes e jovens os procurassem mais frequentemente? ▶ Que sugestões vocês teriam de mudanças para que esses serviços de saúde trabalhem numa perspectiva de inclusão (desde o espaço físico até o atendimento propriamente dito)?
<p>Tempo: 2 horas</p>		

⁹ Técnica adaptada de: EngenderHealth/ICW. Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres e das Adolescentes vivendo com HIV: Manual para facilitadores e gestores. New York: EngenderHealth, 2006.

Integração

- ▶ Rapidamente, peça que cada participante diga o que lhe vier à cabeça, sem censura, quando escuta a palavra **sexualidade**. Escreva, no quadro ou em uma folha de papel grande, as respostas em forma de palavras-chave, do lado esquerdo.
- ▶ Em seguida, faça o mesmo com a palavra **saúde reprodutiva**.
- ▶ Leia o resultado de cada coluna em voz alta e, em seguida, apresente o quadro com os conceitos¹⁰:

Saúde Sexual é a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem risco de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica em uma abordagem positiva da sexualidade humana e no respeito mútuo nas relações sexuais. A saúde sexual valoriza a vida, as relações pessoais e a expressão da identidade própria da pessoa. Ela é enriquecedora, inclui o prazer, e estimula a determinação pessoal, a comunicação e as relações.

Saúde Reprodutiva é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças ou enfermidades em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, suas funções e processos. Saúde reprodutiva implica que as pessoas possam ter uma vida sexual segura e satisfatória, que tenham capacidade de reproduzir e decidir livremente se e quando querem ter filhos e o espaçamento entre eles. Essa última condição implica que homens e mulheres sejam informados e tenham acesso a métodos contraceptivos seguros, eficazes, aceitáveis e economicamente acessíveis, de sua livre escolha, assim como a outros métodos para a regulação da fertilidade e que não sejam contrários à lei, como também o direito ao acesso a serviços apropriados de saúde que possibilitem à mulher a chance de ter um nascituro saudável.

- ▶ Assegure que os(as) adolescentes e jovens entenderam as definições e explique que a sexualidade envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura, nossos preconceitos e que isso, muitas vezes, se reflete nos serviços de saúde.
- ▶ Informe que, na atividade a seguir, serão trabalhadas alguns aspectos relacionados à saúde sexual e à saúde reprodutiva das pessoas e às vulnerabilidades a que elas estão expostas.

¹⁰ Definições da Organização Mundial da Saúde, TUTUwww.who.org.UUTT, site acessado em 20/12/2008.

Atividade

- ▶ Coloque as silhuetas nas paredes em diferentes pontos da sala.
- ▶ Peça que formem seis subgrupos e que cada um deles escolha se quer trabalhar com a figura masculina ou feminina.
- ▶ Uma vez que os subgrupos estiverem organizados, solicite que, inicialmente, façam uma lista explicitando quais seriam os direitos que adolescentes e jovens teriam em relação a sua sexualidade e saúde reprodutiva. Por exemplo, ter ou não ter relações sexuais; ter ou não ter filhos, usar preservativos, usar métodos contraceptivos, fazer um aborto etc.
- ▶ Quando terminarem, vá até cada silhueta e cole abaixo dela, aleatoriamente, um dos cartões elaborados previamente (ver em materiais necessários).
- ▶ Distribua **10 flechas azuis** para cada subgrupo e peça que escrevam os fatores (pessoais, socioculturais e institucionais) que dificultam o acesso de adolescentes e jovens com aquelas características, tanto na busca por informações quanto no atendimento às suas necessidades sexuais e reprodutivas. Peça que cole as flechas em volta da figura com as pontas viradas para o centro.
- ▶ Quando terminarem, distribua **10 flechas amarelas** para cada subgrupo e peça que, agora, escrevam como seria possível diminuir essas dificuldades de acesso à informação e atenção. Peça que cole as flechas em volta da figura, mas, agora, com as pontas voltadas para fora.
- ▶ Proponha que o grupo como um todo se reúna e faça uma excursão pela sala, parando em cada uma das figuras, onde uma pessoa do grupo fará um breve relato das discussões que surgiram durante a construção do quadro.
- ▶ Peça que formem um círculo e inicie o debate a partir das questões a serem respondidas.

Conclusões¹¹

- ▶ No campo da saúde, entende-se por vulnerabilidade o conjunto de aspectos individuais, sociais e institucionais relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger das consequências indesejáveis daquela situação. Isso significa que uma pessoa pode estar mais frágil do que a outra não só pelas suas características pessoais, mas, também, pelas suas condições socioeconômicas, contexto em que vive e pelo atendimento que tem (ou que deixa de ter) em relação às suas necessidades.

¹¹ Extraído e adaptado de: LOPES, Fernanda. Raça, saúde e vulnerabilidades. Boletim do Instituto de Saúde. Nº 3, dezembro 2003.

- ▶ Em termos dos direitos humanos, são consideradas pessoas mais vulneráveis aquelas expostas ao risco de serem discriminadas e ou recebam tratamento injusto por possuírem determinadas características como cor da pele, orientação sexual, soropositividade para o HIV, deficiências, necessidades especiais, dentre outras.
- ▶ Historicamente, os significados sociais, as crenças e atitudes sobre os grupos raciais, especialmente o(a) negro(a), têm sido traduzidos em políticas e arranjos sociais que limitam oportunidades e expectativa de vida dessa população. Como consequência mais imediata, poucos(as) médicos(as), psicólogos(as), enfermeiros(as), dentistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outros, são capazes de prover cuidados que considerem as doenças de evolução agravada ou de tratamento dificultado como é o caso da hipertensão arterial, diabetes mellitus, insuficiência renal crônica, miomas, ou mesmo as condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas, tais como o crescimento, a gravidez, o parto, o envelhecimento¹², ou mesmo as especificidades genéticas, como é o caso da anemia falciforme¹³.
- ▶ Adolescentes e jovens vivendo com o HIV e aids, como qualquer brasileiro(a), têm direitos sexuais, desde que consensuais e protegendo o(a) parceiro(a). Qualquer jovem tem o direito de receber orientação detalhada de como pode fazer sexo sem se reinfectar ou infectar o(a) parceiro.
- ▶ Os direitos reprodutivos dos(as) adolescentes e jovens vivendo com HIV e de seus(suas) parceiros(as) devem ser reconhecidos e responsabilmente atendidos. Eles(as) precisam receber informações claras e atuais sobre riscos de infecção, transmissão vertical, método e eficácia de sua prevenção e o estado atual das técnicas de reprodução assistida, em termos de resultados e condições de acesso.
- ▶ Sentir atração afetivo-sexual ou desejar uma pessoa do mesmo sexo é uma forma de expressão da sexualidade e da capacidade de amar do ser humano. A homossexualidade (feminina e masculina), a bissexualidade de ambos os sexos, a transexualidade e a travestilidade é algo tão antigo quanto a humanidade e não existe nenhuma razão que justifique atitudes desrespeitosas e de discriminação em relação a pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. Ao invés de julgá-las, é necessário compreendê-las e aprender a conviver com elas.

¹² Lopes F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: Lopes F, organizadora. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde; 2005. p. 9-48.

¹³ A anemia falciforme é uma doença hereditária, ou seja, transmitida do pai ou da mãe para os(as) filhos(as). É caracterizada por uma alteração na forma dos glóbulos vermelhos do sangue (responsáveis por transportar o oxigênio para os tecidos), que adquirem a forma de uma foice, daí o falciforme. A anemia falciforme é considerada uma doença predominante entre a população negra embora também ocorra na população branca.

Finalização da oficina

- ▶ Solicite que, para finalizar, fechem os olhos e procurem perceber, individualmente, que emoção ou atitude pode favorecer que, em seu cotidiano, adolescentes e jovens se apropriem do conhecimento sobre seus direitos à informação e a um atendimento de qualidade nos serviços de saúde.
- ▶ Peça que, quem quiser, expresse seus pensamentos de forma oral ou gestual.

Raça, etnias e vulnerabilidades

O desenvolvimento da população negra como um todo e a sua participação social são imensamente dificultados pela grande desigualdade racial vigente no Brasil, associada a mecanismos mais ou menos explícitos de discriminação que podem ser verificados por meio de pesquisas e estatísticas oficiais que apontam que as desigualdades entre negros e brancos, homens e mulheres, no mercado de trabalho, no acesso aos bens e serviços, na conclusão do ensino médio ou superior, entre outras dimensões da vida.

Todas essas disparidades têm reflexo na saúde.

Apesar de a saúde ser um direito humano fundamental e o acesso aos serviços e ações de saúde ser universal, como descrito na Constituição Federal, os dados do próprio Ministério da Saúde apontam que mulheres e homens brancos têm maior acesso aos serviços de saúde e recebem atendimento de saúde mais adequado que negros e negras. As maiores taxas de mortalidade infantil, materna, por causas violentas e, conseqüentemente menor expectativa de vida dessa população reforçam o quadro de desigualdades.

Em relação à aids, sabe-se que, no Brasil, apesar de a epidemia apresentar tendência de estabilização, os casos estão aumentando entre os mais pobres, entre os quais destaca-se a população negra.

Em um contexto em que os antirretrovirais têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida e a redução das taxas de mortalidade por aids, as diferenças entre as taxas de mortalidade de brancos e pretos coloca-nos duas questões: Será que negros e brancos têm a mesma facilidade de acesso aos meios de prevenção e tratamento? Será que os pretos dispõem de condições que favorecem o diagnóstico precoce e a adesão ao tratamento?

Assim, tanto o racismo quanto o sexismo e a homofobia são fatores que aumentam a vulnerabilidade ao HIV e ao adoecimento por aids, em vários segmentos populacionais. Primeiramente, é necessário considerar o racismo e a discriminação por origem étnica como agravantes da vulnerabilidade de mulheres às DST e ao HIV e aids. Isso porque, tendo em vista a feminização, a interiorização e a pauperização de epidemia, as

mulheres negras e indígenas se encontram mais expostas às múltiplas violências a que estão submetidas as mulheres de modo geral.

Em sociedades como a nossa, em que é indiscutível a vigência do machismo, do racismo e de outros tantos estigmas e preconceitos, os entendimentos presentes no senso comum sobre o cuidado com o corpo, a sexualidade, o adoecimento e suas consequências sociais acabam por colocar mulheres indígenas e negras em situação de desvantagem no enfrentamento da epidemia.

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde e aos insumos de prevenção, há evidências de que a raça/cor/etnia do indivíduo se converte muitas vezes em motivo de exclusão. Portanto, é importante que as ações dirigidas às mulheres tenham o recorte de raça/cor/etnia e identifiquem as necessidades e demandas de saúde dos diferentes segmentos, em especial daqueles em desvantagem, sem perder de vista os determinantes gerais.

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Plano de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da Aids e outras DST*. Disponível em: www.aids.gov.br; BRASIL. Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, 2006. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/publicacoes/politicapopnegra.pdf; *Prevenção das DST/Aids em adolescentes e jovens: brochuras de referência para os profissionais de saúde*. Disponível em: www.crt.saude.sp.gov.br/resources/crt_aids/pdfs/brochuras.pdf.

DICA 1

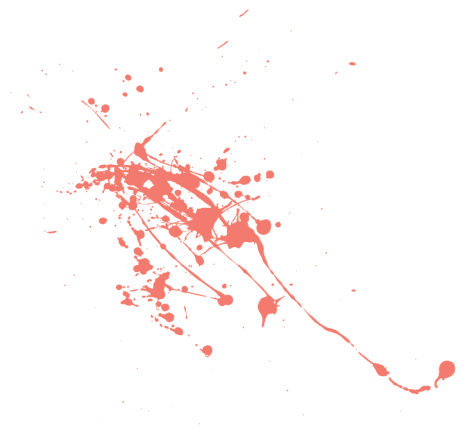
No fascículo **Prevenção às DST, ao HIV e a aids** você vai encontrar na oficina outras informações sobre Vulnerabilidades.

Já, no fascículo Sexualidades e Saúde Reprodutiva, há mais informações, tanto sobre esse tema como também sobre quais são os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de adolescentes e jovens.

Dê uma olhada!

Oficina 5:

Mídia e racismo



Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Identificar as situações de racismo existentes na mídia brasileira.</p> <p>Buscar estratégias coletivas que atendam às necessidades específicas das populações negras e indígenas – em termos cognitivo, cultural e afetivo.</p>	<p>Roteiros de análise étnico-racial.</p> <p>Revistas em quadrinhos.</p> <p>Panfletos de propaganda.</p> <p>Recortes de jornais locais de maior circulação.</p> <p>Encartes sobre programas de TV (principalmente sobre novelas e programas de auditório).</p> <p>Revistas ou cadernos de esporte.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Como a população indígena é retratada na mídia?▶ Quais as formas de racismo que adolescentes e jovens negros(as) sofrem?▶ Uma vez que no racismo se determina uma relação desigual de poder, por que os(as) brancos(as) se acham superiores aos(às) negros(as)?▶ Como a reflexão sobre o racismo pode contribuir para a redução das vulnerabilidades de adolescentes e jovens em relação às DST e ao HIV/aids.

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Distribua o trecho da poesia *Mulher Negra*, de Francisca Sena, e peça para que cada participante a leia em silêncio.
- ▶ Em seguida, pergunte quem gostaria de ler a poesia em voz alta.
- ▶ Após a leitura, abra o debate perguntando aos/às participantes se eles/as acham que as mulheres, em especial as negras, sofrem algum tipo de discriminação pelo fato de serem mulheres e negras e o que explica essa situação.

Mulher Negra

Francisca Sena - Fórum Cearense de Mulheres

*Eu, considerada a mais vil das mulheres: negra!
 Como tantas e tantas mulheres.
 O que mereço nesta vida?
 Desprezo? Solidão? Silêncio? Anonimato? Violência?
 A mim, foi reservada a porta dos fundos, o elevador de serviço,
 os encontros secretos, as relações sem compromisso.
 Atribuem que me falta dignidade suficiente para
 aproximar-me das pessoas brancas, puras e inocentes.
 (...)
 Pasmem! Minha existência e presença ameaçam
 a ordem, a moral e os bons costumes.
 Ameaçam o mundo.
 Motivos mil haverá
 para justificar todo este infortúnio a mim cometido:
 defesa da moral, respeito à estética, ciúmes,
 preservação da propriedade e da decência.
 Estes são alguns disfarces do racismo.
 (...)
 Jamais calarei e ignorarei
 tamanha discriminação, tamanho racismo.
 Sei que a indignação não é suficiente
 pra romper com as estruturas e fazer o novo acontecer.
 É preciso atitude!
 Mas neste momento não existe outro sentimento que me mova
 além do vazio e da impotência.
 Juntar-me a outras e outros pode ser o caminho,
 Alguém se habilita???*

Atividade

- ▶ Crie cinco subgrupos com os(as) participantes e explique que a proposta é analisar alguns materiais dos meios de comunicação tendo em vista a dimensão étnico-racial. Informe que terão 30 minutos para elaborar essa análise e que cada grupo receberá um determinado tipo de material:
 - Grupo A** – revistas em quadrinhos;
 - Grupo B** – panfletos de propaganda de lojas, carro, apartamento etc;
 - Grupo C** – números do jornal local de maior circulação;
 - Grupo D** – encartes sobre programas de TV, principalmente sobre novelas e programas de auditório;
 - Grupo E** – revistas e cadernos de esporte.
- ▶ Distribua o roteiro a seguir e solicite que cada grupo analise o material recebido a partir dos seguintes tópicos:

Roteiro de análise de mídia sob o ponto de vista étnico-racial

1. Identificar quem ocupa o lugar mais importante do material: negro ou não negro?
2. Comparar como o/a jovem branco/a e o/a jovem negro/a aparecem na mídia e contabilizar as aparições de cada grupo.
3. Observar o número de aparições positivas e negativas de jovens negros(as) e o número de aparições positivas e negativas de jovens brancos/as.
4. Segundo o Censo de 2000, a distribuição racial da população brasileira é a seguinte: 45,3% da população brasileira é negra (6,2% pretos e 39,1% pardos); 53,8% é branca; 0,5% é de amarelos (asiático); e 0,4% de indígenas 0,4%. Observando o material recebido, avaliar se essas populações estão representadas em uma proporção justa, ou seja, se aparecem em quantidades semelhantes nas mesmas mídias.

- ▶ Após as apresentações, abra o debate comentando sobre os modos sutis e evidentes da manifestação do racismo.
- ▶ Instigue a discussão, a partir das questões a serem respondidas.

Conclusões

- ▶ A comunicação não pode ser tratada apenas como sinônimo de troca de informação, pois as áreas de noticiário e entretenimento da mídia têm importante influência nos pensamentos, atitudes e comportamentos de mulheres e homens.
- ▶ Não há na mídia brasileira a promoção de uma imagem equilibrada e não estereotipada da população negra e indígena. Muitas vezes, as imagens de negros e indígenas veiculadas na mídia reproduzem e reforçam estereótipos, folclorizam e deturpam as expressões culturais desses grupos populacionais. Assim, o branco aparece como empresário; a mulher branca como perua; o negro é representado como bandido; a negra como gostosa, ferosa; a população que vive nas florestas como primitiva.
- ▶ Com raríssimas exceções, o racismo não é tema das páginas dos jornais e revistas, embora a população negra seja hoje quase metade dos habitantes do País¹⁴. Entretanto, os(as) negros(as) estão super-representados nos índices de exclusão social e sub-representados nos espaços de poder, onde os meios de comunicação mais circulam.
- ▶ Lutar contra o preconceito e a discriminação racial e enfrentar o racismo é uma decisão que precisa ser encampada pela coletividade. Reagir não é uma responsabilidade apenas de quem é discriminado. Boa parte da população brasileira não se considera racista, apesar disso tende a não se manifestar diante de nítidas manifestações de racismo ou discriminação racial. Isso é ser conivente com a violência e com a violação dos direitos humanos.

Finalização da oficina

- ▶ Peça para que os(as) adolescentes e jovens façam um círculo e discutam saídas possíveis para situações de discriminação racial presentes na mídia.
- ▶ Em seguida, peça para que apresentem sugestões de ações possíveis para desenvolver junto aos meios de comunicação, visando a valorizar as culturas negras e indígenas nos jornais, revistas e televisão.

¹⁴ Segundo dados preliminares da Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000, a população brasileira é composta por 53,8% de pessoas que se declararam brancas, 45,3% eram pretas e pardas e, em torno de 0,5% de amarelas e indígenas. Informação disponível em http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/populacao/populacao_no_brasil.html

Índios ou povos indígenas?

A Constituição de 1988 é clara e incisiva quando trata da identidade nacional, reconhecendo o Brasil como pluriétnico e multicultural. Um país de todos e todas. Mas não é isso o que se vê. O que se lê ou o que se ouve, nos grandes meios de comunicação, dominados pela mesma elite herdeira dos senhores de engenho.

A diplomacia é branca, a universidade é branca. A mídia brasileira é branca. E é também descaradamente racista, ao não contemplar um Brasil negro e indígena. Mente pelo que diz em relação às questões étnico-raciais e mente pelo que cala. Esconde as verdadeiras origens do povo brasileiro ou mesmo dificulta a seus leitores/ouvintes/telespectadores uma informação ética e profissionalmente responsável.

No caso dos indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em sua análise da mídia diz que há muito sensacionalismo e superficialidade na cobertura jornalística. Isso, basicamente, por causa de três fatores:

1. Dificuldade de acesso ao local da informação, problema que a imprensa, como fenômeno essencialmente urbano que é, ainda não superou. As terras indígenas situam-se em muitos casos em lugares de difícil acesso. Muito do que ocorre – inclusive com povos sem contato, mas nem por isso a salvo de agressões de invasores de terras – permanece fora do alcance da imprensa, como se simplesmente não houvesse acontecido;
2. Conjuntura predominantemente anti-indígena naquelas localidades mais próximas aos povos indígenas. Decorrente de históricos conflitos pela posse da terra associados a antigos preconceitos étnico-raciais, impera, via de regra, um clima de animosidade explícita ou latente para com a população indígena local, alimentado, sobretudo, pelas forças políticas e econômicas de interesse direto ou indireto nas terras indígenas e suas riquezas naturais;
3. Reprodução de visões preconceituosas e estereotipadas a seu respeito. Uma delas, e a mais visível a partir das manchetes divulgadas, consiste no “índio genérico”, ou seja, aquele considerado a partir de determinadas características raciais e elementos culturais, porém desvinculados de um grupo sócio-cultural e linguístico específico. Em decorrência, tem-se uma idéia de “homogeneidade” indígena, que além de pobre é completamente falsa.

Apesar das perseguições, as populações indígenas são detentoras de uma rica diversidade sociocultural. Dados oficiais falam em 170 diferentes línguas maternas, faladas pela maioria dos mais de 200 povos que se localizam em todo o território nacional.

Outro dos estereótipos reproduzidos é proveniente da tendência e mesmo da expectativa de se considerar como “índios” os portadores de determinadas características físicas (cabelos lisos e negros, olhos oblíquos, tez morena, maçãs do rosto salientes). Essa idéia de “índio”, que vem do uso do critério biológico-racial, passou mais recentemente a se mostrar impróprio ou

inadequado quanto às populações indígenas no País. Assim, por exemplo, no Nordeste e Sudeste, grande parte dos indivíduos pertencentes a comunidades e povos indígenas não apresentam mais aquelas características originárias.

No caso da mídia impressa, pelo menos, a publicação de uma foto está condicionada ao fato de o personagem ter “cara de índio”. Sem o preenchimento de tal “requisito”, o registro fotográfico pode não ser feito ou a notícia simplesmente não ser publicada. Ou, ainda, a publicação pode ser feita, mas sem qualquer referência à identidade indígena do envolvido.

Fonte: Jovens e Comunicação: em defesa da diversidade – www.revistaviracao.org.br

Quer saber mais?

Afropress – Agência de Informação Multiétnica

Fundada em maio de 2004, no espírito das Resoluções da III Conferência Mundial contra o Racismo a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada pela ONU, em Durban, África do Sul, a AFROPRESS constitui-se em um espaço de diálogo dos negros, nos cinco continentes. Acesse: www.afropress.com

Correio Nagô

Idealizado a partir da mobilização de jovens comunicadores negros, comprometidos em combater a discriminação e a exclusão “sociorraciais” que ainda persistem no nosso país, o Correio Nagô propõe uma intensa participação colaborativa dos seus leitores, além de estabelecer uma rede de informação oriunda de diversas cidades do interior da Bahia. Acesso: www.correionago.com.br

Jomal Irohìn

O Irohìn nasce em 1996 como fruto da movimentação em torno da Marcha Zumbi 300 anos, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995). Sediado em Brasília, o Jornal Irohìn conta, em todas as suas edições, com colaboradores, a maioria afrodescendentes, residentes em distintas cidades do País. Acesse: www.irohjin.org.br

Oficina 6:

Desigualdades raciais e políticas de inclusão

Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Contribuir para que adolescentes e jovens tomem consciência de propostas e experiências que contribuam para a superação de barreiras socioeconômicas e culturais que limitam a vida de uma parte considerável da população brasileira.</p>	<p>Cópia da letra da música Quadro Negro, do grupo baiano Simples Rap'ortagem para todos(as).</p> <p>Materiais para se construir o cenário de uma emissora de rádio.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Que tipos de ações afirmativas vocês conhecem além do sistema de cotas?▶ Em que outras situações vocês acham que seriam necessárias a implantação de ações afirmativas?▶ Vocês acreditam que as ações afirmativas alteram o quadro de desigualdades existentes no Brasil?

Tempo: 3 horas

Integração

- ▶ Distribua aos(as) participantes trechos da letra da música *Quadro Negro*, do grupo baiano Simples Rap'ortagem, e peça que cada participante leia uma estrofe.
- ▶ Ao final de cada estrofe lida, peça que outra pessoa do grupo explique o que o autor quis dizer com aquelas palavras e se concordam ou não com elas.

Quadro Negro¹⁵

Simples Rap'ortagem

(...)

A luta pelas cotas não anula a luta pela melhora
Da qualidade de ensino público, tu ignora
Pelo contrário, quanto mais negros na academia
Muito mais força pra se lutar por um novo dia

(...)

Há os que não admitem cotas julgando serem injustas
Outros julgando serem esmolos, tudo isso me assusta
Pergunto quanto custa superar o engano?
Quanto custa ignorar os direitos humanos?
Muita coisa bonita garante a Constituição

(...)

Entenda agora o que são ações afirmativas
Medidas pontuais, alternativas
Medidas passageiras que vem afirmar
Pra sociedade, que há, desigualdades, a reparar
Dos que vivem abaixo da linha da pobreza
70% são negros, que beleza!

Do total de universitários brasileiros
97% são brancos e herdeiros

(...)

Quem concorrer pelas cotas vai se deparar legal
Com uma concorrência enorme mas não desleal
Desleal é a condição que o jovem negro encara
Fusca para ele, Ferrari para os de pele clara
Competirem com as mesmas regras, maldade
É isso que eles chamam de igualdade

(...)

¹⁵Música disponível na página: http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=232.

A Simples Rap 'ortagem revela para o Brasil
Com cotas ou não vestibular é funil
Com cotas ou não vestibular é peneira
Quem concorrer pelas cotas mas não for bom vai levar rasteira
Que vença o melhor...chega a ser hilário
A prova é uma só os concorrentes que são vários
Quem se afirmou, como provar se é negro ou não?
(...)

- ▶ Depois de lida e analisada a letra da música, pergunte aos(as) adolescentes e jovens se já haviam escutado a expressão ações afirmativas antes. Explique que ações afirmativas se definem como *políticas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, entre outras. O governo brasileiro vem incrementando seus esforços para o combate à desigualdade racial, visando a corrigir distorções vigentes há mais de um século no País. Trata-se de uma reparação histórica - ainda que parcial - e do reconhecimento público da contribuição dada pelos quatro milhões de africanos escravizados e seus descendentes na edificação do Brasil*¹⁶.
- ▶ Explique que a próxima atividade será sobre políticas de inclusão, uma vez que *no campo da inclusão social, sem negar a existência de muitos outros grupos humanos que sofrem os processos de exclusão social, os afrodescendentes e as mulheres são exemplos de grupos que, historicamente, foram alvo de discriminações e preconceitos que acabaram por negar-lhes muitos dos direitos que asseguram a igualdade de condições e de oportunidades para a construção de uma vida digna*¹⁷.

Atividade

- ▶ Solicite aos(às) adolescentes e jovens que se organizem em três grupos.
- ▶ Explique que cada grupo deverá montar um programa de rádio, abordando uma notícia publicada em sites relacionados ao tema da inclusão. Cada grupo receberá um texto com a notícia e, além de relatá-la, deverá fazer um comentário sobre a necessidade de se investir em políticas voltadas para a igualdade de gênero e/ou racial.
 - Grupo 1** – Presença Negra nas Universidades quase dobra em 10 anos
 - Grupo 2** – Negros estão subrepresentados na Câmara, diz Relatório
 - Grupo 3** – Por que investir nas mulheres?

¹⁶ Conceito extraído de: <http://www.palmares.gov.br/>, acessado em 20 de dezembro de 2008.

¹⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Relações étnico-raciais e de gênero. Brasília, 2007 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/1_rel_etica.pdf>. Acessado em 29/12/2008.

- ▶ Distribua os textos para cada grupo e peça para, primeiramente, todos(as) lerem. Em seguida, peça que montem o programa no formato que eles(as) acreditam ser mais adequado para a população adolescente e jovem.
- ▶ Informe que cada grupo terá uma hora para preparar o programa e 10 minutos para a apresentação.
- ▶ Após a apresentação de todos os grupos, solicite que formem um círculo e abram para o debate, aprofundando as respostas às situações, a partir das questões a serem respondidas.

Conclusões¹⁸

- ▶ As ações afirmativas são um conjunto de práticas, sejam elas ações privadas ou políticas públicas, que têm como objetivo reparar a discriminação que impede o acesso de pessoas pertencentes a determinados grupos sociais a oportunidades diversas. Representam uma estratégia de correção das desigualdades por meio de tratamento específico a um grupo cuja particularidade é tratada historicamente de forma desigual na sociedade. Essas estratégias devem cessar assim que alcançarem seus resultados.
- ▶ Elas têm como objetivo último a promoção de uma justiça social universal. No entanto, tratamento universal não significa tratamento igual para todas as pessoas, pois, se elas ocupam lugares desiguais, o tratamento igual apenas reproduzirá as desigualdades já existentes. Portanto, a noção de justiça social introduzida pelas ações afirmativas pressupõe o tratamento diferenciado dos desiguais para a promoção da igualdade de fato. Como exemplo de ações afirmativas, temos as delegacias especializadas no atendimento a mulheres, já que a falta de formação específica e de uma compreensão dos tipos de crimes que mais vitimam as mulheres influi na capacidade de oferecer um atendimento específico para as mulheres e de efetivar a devida punição dos criminosos.
- ▶ Como forma de combate à discriminação racial, são exemplos de ações afirmativas os cursinhos pré-vestibular para negros(as) e as cotas para o ingresso de afrodescendentes nas universidades públicas. Ambas as iniciativas têm o objetivo de garantir à população negra o acesso à educação superior de qualidade.

Finalização da oficina

- ▶ Peça aos/às participantes que andem pela sala em diversos sentidos, que prestem atenção em suas respirações.
- ▶ Depois, solicite que cada um/a continue a andar e que olhe nos olhos daqueles com quem cruzam pelo caminho, despedindo-se com o corpo - ombros, braços, cotovelos, joelhos, nádegas -, com abraços.

¹⁸ Fonte: IBASE; Observatório da Cidadania

Textos de Apoio

Texto 1 - Presença Negra nas Universidades quase dobra em 10 anos

S. Paulo – A presença de estudantes negros (autodeclarados pretos e pardos) nas universidades públicas e na rede privada quase dobrou nos últimos 10 anos, segundo dados da PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE. Em 1998 os pretos e pardos correspondiam a apenas 18% dos estudantes de graduação. Em 2007, o número pulou para 31,5%.

Para Jorge Abrahão, do Ipea, as ações afirmativas poderão produzir um impacto ainda maior do que já estão produzindo, aliadas à expansão das vagas nas universidades federais que vem ocorrendo sob o governo Lula.

Ações Afirmativas

Os programas de ação afirmativa e cotas nas universidades começaram em 2.002, na Universidade do Estado do Rio (UERJ) e na Universidade da Bahia (UNEB).

Um dos fatores que impulsionaram a presença negra, segundo analistas, foi o PROUNI – Programa Universidade para Todos do Governo Federal, institucionalizado pela Lei 11.096 de 2.005, que concede bolsas a pretos, pardos e indígenas, proporcionalmente à presença desses segmentos em cada Estado. As instituições que aderem ao Programa, em contrapartida, têm isenção de alguns tributos.

Desde a sua criação, em 2005, 197 mil estudantes pretos e pardos chegaram ao ensino superior público e privado. Entretanto os bolsistas negros do PROUNI correspondem a apenas 45% do Programa.

Na rede privada, de acordo com os mesmos dados, a participação negra passou de 26,2%, em 2004, para 29,5% em 2007. Segundo o mais recente censo do ensino superior produzido pelo INEP, com dados de 2006, as universidades federais respondiam naquele ano por 12,4% das matrículas em todos os cursos de graduação do País.

Caso as vagas para pretos e pardos correspondessem à sua representação na população brasileira - ou seja, 49,8% -, haveria uma reserva correspondente a 3,1% das matrículas no ensino superior.

Lei das Cotas

No primeiro trimestre de 2009, o Senado voltará a analisar o PLS 180/08, aprovado pela Câmara e que cria uma reserva de 50% das vagas nas Universidades Federais e Escolas Técnicas ligadas ao MEC para estudantes do ensino médio oriundos da escola pública.

Desses, 50% devem ser de famílias com renda per capita de até 1,5 salários mínimos; os

restantes 25% são a cota para auto-declarados pretos, pardos e ou indígenas, assegurada a representação no mínimo igual a presença desses segmentos em cada unidade da Federação. A permanecer a redação do Projeto, no entanto, em apenas dois Estados a presença de negros é inferior a 25% da população: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Fonte: **Afropress** - 26/12/2008

Texto 2 - Negros estão subrepresentados na Câmara, diz Relatório

Rio – Levantamento feito pelo Relatório Anual das Desigualdades no Brasil – 2007/2008, organizado pelo professor Marcelo Paixão com apoio da Fundação Ford, explica porque o Estatuto da Igualdade – que contém as reivindicações históricas da população negra - permanece parado no Congresso desde 1995, sem previsão de ser votado: entre os 513 deputados federais, apenas 9% - 46 deputados - se autodeclararam negros (pretos e pardos), contra 87% que se assumem como brancos.

Segundo Paixão, a pouca representação de pretos e pardos no Congresso Brasileiro pode explicar a falta de interesse dos parlamentares em colocar o Estatuto com prioridade na agenda política.

O Relatório – estudo que mede as desigualdade raciais por meio de indicadores econômicos sociais e demográficos – aponta a existência de 0,8% de amarelos e mais de 3,3% de deputados que não se reconhecem em nenhuma das opções de raça/cor do IBGE. Não há deputados indígenas, embora existam, no Brasil, cerca de 700 mil indígenas de diferentes Nações.

Subrepresentação

A população negra (pretos e pardos) corresponde a 49,5% da população brasileira. No caso das mulheres, havia apenas 3 mulheres negras na Câmara Federal, o equivalente a 0,6% das deputadas eleitas no Brasil, enquanto seu peso na população chega a 24,8%.

No Senado, a situação não é diferente. Entre os 81 senadores, 76 se autodeclararam brancos (93,8%), enquanto somente quatro pardos e um preto, num total de 6,2%. O senado não tem mulheres negras – todas as senadoras se autodeclararam brancas (12,3%), de acordo com o levantamento.

Desigualdade explícita

O Relatório levantou a desproporção entre população e a representação política na Câmara e no Senado, também nas cinco regiões geográficas, e chegou à seguinte conclusão: I) Norte - pretos e pardos formavam 75,4% da população e 7,7% do total de deputados federais; II)

Nordeste - 70,4% da população e 5,3% dos deputados; III) Sudeste - 40,2% da população e 12,8% dos deputados; IV) Sul - 19,7% da população e 5,2% dos deputados; Centro-Oeste - 56,2% da população e 14,6% dos deputados.

Em todos os Partidos, os deputados brancos são amplamente majoritários, sendo que é o PSB o Partido com maior percentual de brancos – 96,3%-, seguido pelo PTB (95,5%), PMDB (93,3%), PSDB (92,4%), PDT (87,5%), PFL (DEM) 86,2%) PT (83,1%) e PPS (81,8%).

Perfil de instrução

Os brancos levam vantagem entre os deputados federais, no nível de instrução. Nesse segmento, 83,6% têm nível superior. Entre os pretos 54,5% têm nível superior e os pardos 71,4%; entre os amarelos 75% têm esse nível de instrução. Considerando-se todos os parlamentares, 80% têm nível superior completo e 7,4% têm pelo menos incompleto.

Fonte: **Afropress** - 18/11/2008

Texto 3: Por que investir nas mulheres?

“Recentes pesquisas mostram que projetos que têm como foco as mulheres são facilmente multiplicáveis para a família e a comunidade na qual ela vive. É um investimento que se irradia”, afirma a diretora da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e presidente do *Fundo Global para as Mulheres*, Jacqueline Pitanguy. Em outras palavras, investir na mulher é investir na criança, na família e na comunidade.

Um dos motivos para isso é que é cada vez maior o número de mulheres chefes da família. O censo 2000 do IBGE revelou que 25% dos domicílios do País estão sob a responsabilidade única das mulheres e que metade delas sustenta esses lares com menos de 1,8 salário mínimo por mês.

Outra questão é que, tradicionalmente, as mulheres são educadas para desempenhar o papel de cuidadoras. Nas famílias, são as meninas que cuidam dos irmãos e irmãs menores e, também, dos demais membros da família, como idosos e doentes.

Também são as mulheres que se envolvem mais diretamente com os assuntos comunitários, que incluem desde ajuda aos vizinhos até reivindicações por creches, escolas e postos de saúde.” Além de se preocupar em cuidar das pessoas, a mulher tem sensibilidade, poder de articulação e capacidade técnica, administrativa e financeira, afirma Vera Vieira, coordenadora executiva da Rede Mulher de Educação.

Acima de tudo, é preciso investir nas mulheres para reparar alguns dos efeitos da desigualdade de gênero, que dificultam que elas exerçam plenamente os seus direitos.

Investir nas mulheres é investir na democracia e no desenvolvimento do País

Estudo recente do Banco Mundial mostrou que existe uma relação direta entre os níveis de desenvolvimento de um país e a maneira como ele trata as mulheres. Segundo a pesquisa, as

nações que promovem os direitos das mulheres apresentam taxas de pobreza mais baixas, crescimento econômico mais rápido e menos corrupção do que nos países em que as desigualdades de gênero são mais acirradas.

A conclusão do estudo do Banco Mundial é clara: ignorar a desigualdade entre mulheres e homens tem um alto custo para o bem-estar das populações e para a capacidade dos países de crescerem de forma sustentável e reduzirem a pobreza.

Fonte: www.redemulher.org.br – postado em 26/02/2008

Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Brasil, 2003)

O Decreto n. 4.886, de 20 de novembro de 2003, instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), que tem como objetivo geral a redução das desigualdades raciais, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária.

Objetivos específicos:

- (a) a defesa de direitos;
- (b) as ações afirmativas, visando à eliminação da discriminação e das desigualdades raciais, mediante a geração de oportunidades.

Princípios norteadores:

- (a) transversalidade, ou seja, a incorporação do princípio da equidade às diversas iniciativas do Estado brasileiro;
- (b) descentralização, articulação entre os níveis de governo para a promoção da integração social dos setores mais desfavorecidos;
- (c) a gestão democrática, para propiciar que as instituições da sociedade assumam papel de protagonistas na formulação, implementação e monitoramento da política de promoção de igualdade racial.

Diretrizes:

- (a) o fortalecimento institucional para a incorporação da questão racial no âmbito da ação governamental;
- (b) a consolidação de formas democráticas de gestão das políticas de promoção da igualdade racial;
- (c) a melhoria da qualidade de vida da população negra;
- (d) a inserção da questão racial na agenda internacional do governo brasileiro.

Quer saber mais?

Consulte a publicação: *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*, organizado por Sales Augusto dos Santos.

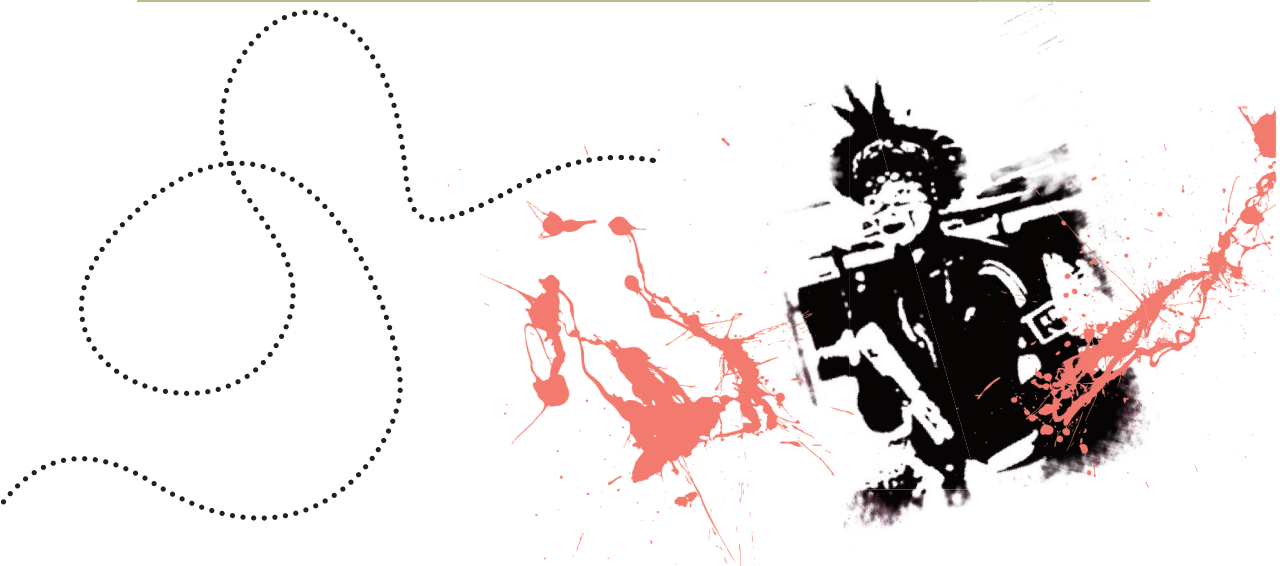
O livro está disponível no site:

www.diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/acoes_afirmativas.pdf

Ouçá mais

A Rádio Palmares promove a divulgação e difusão da cultura afro-brasileira, utilizando o rádio como veículo promotor de novos conceitos e conhecimentos sobre a contribuição deixada pelos afrodescendentes na formação cultural do Brasil, bem como a ampliação da visibilidade da política de Ações Afirmativas e da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, como instituição responsável pela defesa do patrimônio material e imaterial afro-brasileiro. São vários programas de rádio e músicas disponíveis para se escutar e conhecer mais o patrimônio afro-brasileiro em nosso país.

Fonte: http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=232





Para
saber mais

Sessão de cinema

Como uma onda no ar / Rádio Favela

Direção – Helvécio Ratton

Sínope: Baseado em fatos reais, o filme conta a história de Jorge, Brau, Roque e Zequiel, quatro jovens negros moradores de uma favela de Belo Horizonte, amigos desde a infância, que sonharam criar uma rádio que pudesse dar voz às pessoas do local em que viviam. Eles conseguem transformar seu sonho em realidade ao criar a Rádio Favela, que logo conquista os moradores locais ao abrir espaços para os interesses da comunidade, mesmo operando na ilegalidade. O sucesso da rádio comunitária repercute fora da favela, trazendo também inimigos para o grupo, que acaba enfrentando a repressão policial para a extinção da rádio.

Sarafina

Direção: Darrel James Roudt

Sínope: Em pleno *Apartheid*, numa escola de Soweto, cidade da África do Sul, em que o exército patrulhava as ruas com armas e até mesmo as crianças gritavam “Libertem Mandela”, uma professora começa a ensinar história questionando a versão oficial imposta pelo regime de exclusão dos negros. Sarafina é uma aluna negra que relata a história sob a forma de uma carta dirigida a Nelson Mandela e que, como tantos outros adolescentes, se sente revoltada diante das injustiças do sistema e enfrenta os desafios de sonhar a liberdade e a democracia.

Vista a Minha Pele

Direção: Joel Zito Araújo

Sínope: Para suscitar a discussão sobre racismo, discriminação e preconceito racial na sociedade brasileira, o filme estabelece uma inversão de papéis entre os grupos sociorraciais branco e negro. Os negros correspondem à maioria da classe dominante e os brancos representam os mais pobres, tendo seus antepassados sido escravizados durante a maior parte da história do País. Os países pobres são Alemanha e Inglaterra, enquanto os países ricos são, por exemplo, África do Sul e Moçambique. Maria é uma menina branca, pobre, que estuda em um colégio particular graças a uma bolsa de estudo adquirida em virtude de sua mãe ser faxineira na escola. A maioria de seus colegas a hostiliza, por sua cor e por sua condição social, com exceção de sua amiga Luana, filha de um diplomata que, por ter morado em países pobres, possui uma visão mais abrangente da realidade. Maria quer ser “Miss Festa Junina” da escola, mas isso

requer um esforço enorme, que vai desde a superação do padrão de beleza imposto pela mídia, em que só o negro é valorizado, à resistência de seus pais, à aversão dos colegas e à dificuldade em vender os bilhetes para seus conhecidos, em sua maioria, pobres.

O RAP do pequeno príncipe contra as almas sebosas

Direção: Paulo Caldas e Marcelo Luna

Síntese: Esse documentário é um mergulho no cotidiano de uma grande cidade brasileira, Recife. Conta a história de dois jovens: um músico e um matador que, em um determinado momento, tiveram suas vidas entrelaçadas, mas que optaram por armas diferentes. Misturando ritmo-imagem e poesia-som, o filme revela o que pensa e como pensa uma parte do movimento *Hip Hop* brasileiro.

Olhos azuis

Direção: Jane Elliott

Síntese: Documentário em que a professora e socióloga Jane Elliott aplicou um exercício de discriminação em uma sala de aula da terceira série, baseada na cor dos olhos das crianças. "Olhos Azuis" tem por objetivo o exercício de colocar as pessoas de olhos azuis na pele de uma pessoa negra por um dia. Para isso, ela rotula essas pessoas, baseando-se apenas na cor dos olhos, com todos rótulos negativos usados contra mulheres, pessoas negras, homossexuais, pessoas com deficiências físicas e todas outras que sejam diferentes fisicamente.

Glossário¹⁹

Ações afirmativas – políticas públicas compensatórias voltadas para reverter tendências históricas que conferiram a grupos sociais uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas da educação e do trabalho.

Afro-Brasileiro (a) – adjetivo usado para referir-se aos descendentes de africanos com nacionalidade brasileira.

Antirracismo – termo que designa um movimento de rejeição consciente ao racismo e suas manifestações.

Apartheid – palavra de origem africana cujo significado é separação. Consiste no sistema social, econômico e político-constitucional, por meio do qual a aristocracia branca da África do Sul (17%) oprimiu e submeteu oficialmente a maioria populacional negra do país de 1948 a 1990. Por meio de uma série de dispositivos, os negros tiveram seus direitos civis, sociais e políticos limitados ou mesmo inviabilizados.

Comunidades remanescentes de quilombos/Comunidades quilombolas – durante a escravidão, as comunidades quilombolas eram espaços de resistência cultural que abrigavam escravos fugidos do cativeiro. Ainda hoje, há terras ocupadas por descendentes de quilombolas espalhadas por todo o Brasil.

Desigualdades raciais – são manifestações dos resultados da discriminação racial. Podem ser percebidas, por exemplo, nas diferenças salariais

existentes entre negros e não negros. Elas se baseiam em causas históricas e sociais, como o preconceito e a discriminação racial.

Discriminação - É o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo.

Discriminação racial – Existe sempre que aparece alguma forma de distinção, exclusão, restrição ou privilégio baseado na raça/cor, na descendência ou na origem nacional ou étnica. Essa atitude tem como objetivo ou resultado impedir que certas pessoas possam, em igualdade de condições, usufruir de direitos humanos e liberdades fundamentais. Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Equidade – diz-se do princípio jurídico e político que garante igualdade na concessão de benefícios e serviços a cada um, segundo suas necessidades, considerando que essas podem

¹⁹ Informações extraídas e adaptadas de: Goulart, Flávio A. e Tannús, Liliane. Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde. Brasília: DFID, 2007. Disponível em: www.combatearacismoinstitucional.com/images/pdf/subsidios.pdf. Acessado em: julho de 2008; Mattar, Laura Davis (coord). Direito à saúde da mulher negra: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008.

ser e geralmente são diferentes. Trata-se, pois, de “tratar diferentemente os desiguais”, sem que isso reverta em privilégios ou discriminação.

Estereótipo - uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (Idem, *ibidem*, p. 2)., o “estereótipo é um modelo rígido e anônimo, a partir do qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos”. O estereótipo é a prática do preconceito. É a sua manifestação comportamental. O estereótipo objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo; e (3) legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade.

Etnia ou grupo étnico - designa um grupo social que se diferencia de outros por sua especificidade cultural. Atualmente o conceito de etnia estende-se a todas as minorias que mantêm modos de ser distintos e formações que se distinguem da cultura dominante. Assim, os pertencentes a uma etnia partilham da mesma visão de mundo, de uma organização social própria e apresentam manifestações culturais que lhe são características.

Etnicidade - é a condição de pertencer a um grupo étnico. É o caráter ou a qualidade de um grupo étnico que frequentemente se autodenomina comunidade.

Etnocentrismo - tendência de alguém tomar a própria cultura como centro exclusivo de tudo, e de pensar sobre o outro apenas a partir de seus próprios valores e categorias.

Gênero – é um termo usado para definir os papéis socialmente construídos com base no sexo biológico. Isso quer dizer que cada sociedade atribui às pessoas funções e

identidades diferentes, de acordo com o entendimento que tem do que é ser homem e ser mulher. Durante muito tempo, foi designada ao gênero feminino a característica de sexo frágil, sendo as mulheres encarregadas do cuidado com os filhos, marido e casa. Ultimamente, graças às lutas das mulheres por igualdade, o entendimento do gênero feminino mudou, e elas passaram a ocupar funções antes tipicamente associadas ao gênero masculino, como trabalhar fora de casa ou assumir cargos políticos. Nesse sentido, dizer que não é permitido qualquer tipo de discriminação com base no gênero significa dizer que todos e todas merecem igual respeito da lei, dos governantes e das pessoas de modo geral, independentemente de seu sexo biológico, da identidade que assumam ou do papel social que exerçam. Cabe frisar, entretanto, que gênero não corresponde ao sinônimo de mulher, bem como não se restringe a um modelo único de feminilidade e masculinidade. Gênero é um conceito que se refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, cultural e político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra.

Intolerância – corresponde à atitude mental e social caracterizada pela hostilidade ou ausência de vontade em reconhecer e respeitar diferenças em pessoas, crenças e opiniões. A intolerância está baseada no preconceito e pode levar à discriminação. Formas comuns de intolerância incluem ações discriminatórias, tais

como racismo, sexismo, homofobia, intolerância religiosa e intolerância política.

Mito da Democracia Racial – de acordo com a idéia de democracia racial, não haveria, no Brasil, discriminação com base na raça/cor, principalmente considerando que este é um país essencialmente mestiço. No entanto, esse discurso de não discriminação não condiz com as práticas cotidianas e institucionais pautadas pelo racismo, pelo preconceito e pelas discriminações raciais. Por isso, estudiosos e pessoas preocupadas com a temática racial passaram a considerar a idéia de democracia racial como um mito, ou seja, uma falsa idéia.

Movimento Social Negro – refere-se ao conjunto de pessoas, organizações e instituições dedicadas a defender e a promover os direitos de mulheres e homens negros, no contexto da luta contra o racismo. Considera-se Movimento Social Negro um conjunto plural de entidades, incluindo as organizações tradicionais, como as casas e os terreiros de religiões de matriz africana, as irmandades, os grupos culturais, blocos carnavalescos e grêmios recreativos das escolas de samba e os grupos de capoeira, bem como as organizações não governamentais antirracistas, as associações de empresários (as), os grupos de base comunitária e o movimento hip-hop.

Preconceito – é a atitude equivocada de fazer juízo de valor de fatos ou pessoas antes do conhecê-los. Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo,

que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

Preconceito racial – refere-se a predisposições negativas a respeito de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, com base em características físicas ou culturais às quais se associa o pertencimento a uma raça.

Quesito cor – é um instrumento voltado à atribuição de cor, a partir de uma lista de categorias –padrão utilizado pelo IBGE – branca, preta, parda, amarela e indígena. Sua inclusão em vários dos documentos oficiais, bancos de dados e sistemas de informação utilizados no Brasil, deve-se ao fato de que um dos maiores problemas para formação e desenvolvimento de políticas públicas para a comunidade negra é a ausência de dados. A partir desses dados será possível produzir uma mapa da situação da população negra brasileira e desenvolver políticas que busquem eliminar as desigualdades. A **adoção do quesito cor**, possibilita a identificação das doenças e a sua incidência nos diferentes grupos étnicos. Com a produção desses indicadores, pode-se cobrar políticas públicas específicas de atendimento à saúde. Doenças que afetam a população negra em grande escala: hipertensão, diabetes, miomatoses, anemia falciforme. O estresse é um componente importante para prejudicar a saúde dos seres humanos e os negros vivem em constante estresse, na busca da sobrevivência, enfrentando dificuldades impostas pelo racismo.

Racismo – é um pensamento, uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes.

Racismo institucional – ocorre quando as

instituições deixam de oferecer um serviço qualificado às pessoas em função de sua origem étnico-racial, da cor da pele ou de sua cultura. Manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios, adotados no cotidiano de trabalho, resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou da incorporação e da naturalização dos estereótipos racistas. Resulta em um tratamento diferencial e desigual para os diversos grupos sociais, comprometendo a qualidade e o funcionamento dessas instituições e dos serviços prestados à população e colocando determinado grupo racial em desvantagem.

Sexismo – corresponde à discriminação ou ao tratamento indigno a um determinado gênero ou ainda a determinada identidade sexual. Diferencia-se do machismo por ser mais consciente e pretensamente racionalizado, ao passo que o machismo tende a se manifestar a partir de comportamentos naturalizados.

Sistema de cotas – tipo de política de ação afirmativa que trabalha com reserva de vagas na ocupação de lugares e vagas no mercado de trabalho, no sistema educacional etc.

Violência de Gênero contra a Mulher – de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência de gênero contra a mulher pode ser compreendida como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, até mesmo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto.

Xenofobia – pela origem grega da palavra, xenofobia significa medo de estrangeiro – xenos, para estranho, e phobia, para medo ou aversão. No campo das relações entre indivíduos e grupos de diferentes nacionalidades e regiões,

aplica-se à caracterização dos ataques e agressões a imigrantes ou estrangeiros refugiados.



Referências

BRASIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política de Atenção Integral a Saúde do/a Adolescente e do/a Jovem*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. *Roteiro de Formação Continuada de Profissionais de Educação e Saúde que trabalham com adolescentes e jovens*. Brasília: Programa Nacional de DST e Aids, 2006.

_____. *Guia para a formação de profissionais de saúde e educação Saúde e Prevenção nas Escolas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, 2006. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/publicacoes/politicapopnegra.pdf. Acessado em: janeiro de 2008

_____. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Plano integrado de enfrentamento da feminização da Epidemia de Aids e outras DST*. Ministério da Saúde: Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS9DAFIEC6PTBRIE.htm. Acessado em: julho de 2008.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Summus, 2000.;

GOULART, Flávio. TANNÚS, Liliane. *Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde*. Brasília: DFID, 2007.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90* (Texto para discussão nº 807). Brasília: IPEA, 2001.

LOPES, Fernanda. *Mulheres negras e não negras vivendo com HIV e Aids no Estado de São Paulo: um estudo sobre suas vulnerabilidades*. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/nepaids/FernandaTESE.pdf>>. Acesso em: julho de 2008.

_____. *Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil*. In: Lopes F, organizadora. *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde; 2005. p. 9-48.

MATTAR, Laura Davis (coord.) *.Direito à saúde da mulher negra: manual de referência*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008.

BRASIL.MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Relações étnico-raciais e de gênero*. Brasília, 2007 <
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/1_rel_etica.pdf>. Acessado em 29/12/2008.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar*. Belo Horizonte: N'Zinga/Mazza Edições, 2004.

SANTOS, Hélio. Discriminação Racial no Brasil. In: SABOIA, Gilberto Vergne (org.). *Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001

SANZIO, Rafael. *Mapa Cartográfico: Brasil-África*. Brasília: UnB, 2000.

WERNECK, Jurema. A vulnerabilidade das mulheres negras. *Jornal Rede da Saúde*, nº 23, março de 2001.

_____. Segurança e justiça nas cores. Disponível em:
www.social.org.br/relatorio2003/relatorio030.htm. Acessado em: julho de 2008.

¹ Texto elaborado a partir de: BRASIL / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>; BRASIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa Nacional de DST e Aids*, 2007; ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar*. Belo Horizonte: N'Zinga/Mazza Edições, 2004.; Boletim CIMI- A serviço da vida dos povos indígenas, pág 01, ano 2004.

² Jornal da Ciência. Aumentou o número de etnias indígenas no Brasil Artigo publicado em 17/04/2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=46264>. Acessado em 14/01/2009.

³ Ver glossário

⁴ Mattar, Laura Davis (coord.).Direito à saúde da mulher negra: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008

⁵ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

⁶ Adaptado de: Parâmetros Curriculares Nacionais/Pluralidade Cultural e Relações étnico-raciais e de gênero. Brasília, 2007.

⁷ Adaptado da oficina Construção de Árvores sobre a Violência nas Escolas, apresentada por Maria de Nazaré Zenaide em "Oficina Pedagógica: a violência social nas escolas"(2003, pp.197 a 245). In: Zenaide, M. N. T et alli (org). *Ética e Cidadania nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

⁸ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/19/materia.2006-11-19.9718496723/view>

⁹ Técnica adaptada de: EngenderHealth/ICW. *Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres e das*

Adolescentes vivendo com HIV: Manual para facilitadores e gestores. New York: EngenderHealth, 2006.

¹⁰ Definições da Organização Mundial da Saúde, www.who.org, site acessado em 20/12/2008.

¹¹ Extraído e adaptado de: LOPES, Fernanda. Raça, saúde e vulnerabilidades. Boletim do Instituto de Saúde. Nº 3, dezembro 2003.

¹² Lopes F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: Lopes F, organizadora. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde; 2005. p. 9-48.

¹³ A anemia falciforme é uma doença hereditária, ou seja, transmitida do pai ou da mãe para os(as) filhos(as). É caracterizada por uma alteração na forma dos glóbulos vermelhos do sangue (responsáveis por transportar o oxigênio para os tecidos), que adquirem a forma de uma foice, daí o falciforme. A anemia falciforme é considerada uma doença predominante entre a população negra embora também ocorra na população branca.

¹⁴ Segundo dados preliminares da Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000, a população brasileira é composta por 53,8% de pessoas que se declararam brancas, 45,3% eram pretas e pardas e, em torno de 0,5% de amarelas e indígenas. Informação disponível em http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/populacao/populacao_no_brasil.html

¹⁵ Música disponível na página: http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=232.

¹⁶ Conceito extraído de: <http://www.palmares.gov.br/>, acessado em 20 de dezembro de 2008.

¹⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Relações étnico-raciais e de gênero*. Brasília, 2007 < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/1_rel_etica.pdf>. Acessado em 29/12/2008.

¹⁸ Fonte: IBASE; Observatório da Cidadania

¹⁹ Informações extraídas e adaptadas de: Goulart, Flávio A. e Tannús, Liliane. Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde. Brasília: DFID, 2007. Disponível em: www.combateaoracismoinstitucional.com/images/padf/subsidios.pdf. Acessado em: julho de 2008; Mattar, Laura Davis (coord.).Direito à saúde da mulher negra: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008. .



SAÚDE e PREVENÇÃO NAs ESCOLAS

Atitude pra curtir a vida.



Ministério da Educação

Secretaria de Vigilância em Saúde

Ministério da Saúde

